



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA 2025



MAPUTO, JULHO DE 2026

RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA 2025



FICHA TÉCNICA

9.^a Edição

Banco de Moçambique

Gabinete de Inclusão Financeira

Av. 25 de Setembro, 1695

Tel.: (+258) 21 354600

Caixa Postal:423

www.bancomoc.mz

ÍNDICE

PREFÁCIO	4
GLOSSÁRIO	5
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. ESTÁGIO DA INCLUSÃO FINANCEIRA	9
2.1. Sector Financeiro	9
2.2. Pontos de Acesso a Serviços Financeiros	10
2.3. Dimensões de Inclusão Financeira	11
2.3.1. Acesso Demográfico	11
2.3.1.1. Posse de Contas Bancárias.....	11
2.3.1.2. Posse de Contas de Moeda Electrónica	13
2.3.2. Disponibilidade dos Serviços Financeiros	15
2.3.3. Uso de Serviços Financeiros	18
2.4. Índice de Inclusão Financeira	22
2.5. Mercados Segurador e de Capitais.....	23
2.5.1. Mercado Segurador	23
2.5.2. Mercado de Capitais	25
3. MONITORIA E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE INCLUSÃO FINANCEIRA.....	27
3.1. Ponto de situação do Plano de Acções 2025	27
3.1.1. Pilar I - Expandir o acesso a produtos e serviços financeiros	28
3.1.2. Pilar II - Aumentar o uso de produtos financeiros acessíveis e de qualidade	29
3.1.3. Pilar III - Promover a literacia financeira	31
3.1.4. Pilar IV - Reforçar a protecção e a confiança dos consumidores nos serviços financeiros	31
3.2. Inovações no Ecossistema Financeiro - Sandbox Regulatório	33
4. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS	34
4.1. Conclusão.....	34
4.2. Perspectivas	34
ANEXOS	36

LISTA DE SIGLAS

ASFPM	Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões de Moçambique
ATM	<i>Automated Teller Machine</i> /caixas automáticos
BM	Banco de Moçambique
BVM	Bolsa de Valores de Moçambique
CNIF	Comité Nacional de Inclusão Financeira
ENIF	Estratégia Nacional de Inclusão Financeira
GPCR	Grupos de Poupança e Crédito Rotativo
ICSF	Instituições de crédito e sociedades financeiras
IIF	Índice de inclusão financeira
IME	Instituições de moeda electrónica
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
MPME	Micro, pequenas e médias empresas
MT	Meticaís
PIB	Produto interno bruto
POS	<i>Point of sale</i> (terminais de pontos de venda)

PREFÁCIO

A promoção da inclusão financeira constitui uma das prioridades do Governo moçambicano. Este compromisso materializa-se através da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF), que reflecte o interesse comum de promover a inclusão financeira como um pilar central do desenvolvimento socioeconómico de Moçambique.

Em 2025, Moçambique registou um marco importante no domínio da inclusão financeira, com o lançamento público, pelo Governo, da ENIF 2025–2031. O evento contou com a participação de diversas instituições públicas e privadas, sinalizando um compromisso nacional com a expansão do acesso e uso de serviços financeiros formais.

O ano foi igualmente marcado pela entrada em funcionamento do Comité Nacional de Inclusão Financeira (CNIF), órgão encarregado de coordenar e supervisionar a execução da ENIF. Na sequência, o CNIF realizou a sua primeira reunião de trabalho, durante a qual foram aprovados instrumentos de funcionamento, os planos de actividades e empossados os coordenadores dos grupos de trabalho temáticos.

A ENIF 2025-2031 amplia significativamente as áreas temáticas da inclusão financeira como as finanças verdes e a sustentabilidade ambiental. É implementada através de grupos de trabalho especializados, que abrangem áreas como pagamentos digitais, crédito, seguros, finanças verdes, educação financeira e protecção do consumidor.

Ajustados e reforçados os instrumentos de medição e monitoria da inclusão financeira, através da emissão de directrizes sobre gestão de riscos climáticos, política de acesso e uso equitativo de serviços financeiros e melhoria do reporte de informação pelas instituições financeiras. Estas medidas visam, respectivamente, aumentar a resiliência do sistema financeiro aos impactos climáticos, garantir maior inclusão e equidade no acesso aos serviços financeiros e melhorar a qualidade dos dados para análise e supervisão.

O Banco de Moçambique (BM), na qualidade de Unidade Técnica de Implementação da ENIF, tem a responsabilidade de elaborar o Relatório de Inclusão Financeira. O documento, de periodicidade anual, serve como um instrumento de monitoria e avaliação do estágio da inclusão financeira, bem como do grau de cumprimento do plano de acções e metas estabelecidas na ENIF.

A implementação bem-sucedida da ENIF pressupõe o envolvimento e engajamento de todas as partes relevantes. A ENIF 2025-2031 apresenta vários desafios, os quais poderão ser enfrentados com acções colectivas e empenho conjunto, permitindo expandir o acesso efectivo a serviços e produtos financeiros de forma responsável, inclusiva, segura e inovadora.

O Presidente do Comité Nacional de Inclusão Financeira

Rogério Lucas Zandamela

GLOSSÁRIO

Termo	Definição
Acesso	Possibilidade de indivíduos ou empresas obterem produtos e serviços financeiros.
Adultos	Indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos.
Acesso demográfico	Mede a disponibilidade de serviços financeiros em relação à população adulta, avaliando a acessibilidade dos diferentes segmentos da sociedade aos produtos e serviços oferecidos pelo sector financeiro formal.
Acesso geográfico	Avalia a presença da infra-estrutura financeira no território nacional, considerando a densidade de pontos de acesso por área territorial.
Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (GPCR/ASCAS)	Conjunto de membros que se organizam com o objectivo de pouparem dinheiro e se reúnem periódica e obrigatoriamente. Os membros possuem uma base comunitária e funcionam através de autorregulação (regulamento interno).
Banco	É uma instituição de crédito autorizada a exercer, a título profissional, as actividades previstas no artigo 5.º da Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro, nomeadamente a recepção de depósitos do público ou outros fundos reembolsáveis, concessão de crédito, emissão de instrumentos de pagamento e de moeda electrónica, bem assim outras operações financeiras legalmente permitidas.
Conta bancária	Acto pelo qual é estabelecido, entre a instituição de crédito e o cliente, o processo de lançamento a crédito e débito de todos os movimentos efectuados, expressos em unidades monetárias correntes, incluindo o registo de outras operações.
Formal	Regulamentado ou supervisionado.
Inclusão financeira	Processo de conhecimento, acesso e uso efectivo de produtos e serviços financeiros fornecidos por instituições reguladas, para toda a população moçambicana, contribuindo para o aumento da sua qualidade de vida e bem-estar social.
Informal	Não regulamentado ou não supervisionado.
Interoperabilidade	A capacidade de diferentes sistemas de pagamento, plataformas ou instituições financeiras comunicarem e trocarem transacções entre si, de forma transparente e segura.
Intermediação financeira	Mede a relação entre o sistema financeiro e a economia, reflectindo a capacidade dos bancos de captar poupanças e conceder crédito.
Uso de serviços financeiros	Analisa a adopção efectiva dos serviços financeiros pela população, considerando não apenas o acesso, mas a frequência e profundidade do uso dos produtos financeiros disponíveis.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2025, a inclusão financeira em Moçambique manteve uma trajectória positiva, impulsionada, sobretudo, pela digitalização dos serviços financeiros e forte expansão dos serviços das instituições de moeda electrónica (IME). Comparativamente a 2024, o número de pontos de acesso cresceu 36 %, a reflectir fundamentalmente o aumento dos agentes de moeda electrónica (42 %) consolidando, assim, o seu papel como principal motor de inclusão financeira, num contexto de redução dos terminais de pontos de venda—POS (9 %). A posse de contas de moeda electrónica atingiu 1313 por 1000 adultos, com crescimento mais acentuado entre as mulheres (24 %), contribuindo para reduzir parcialmente a disparidade de género.

Expansão do sector financeiro, impulsionada pelo crescimento das sociedades financeiras, operadores de microfinanças e instituições de seguro. Em 2025, o sistema financeiro nacional reforçou a sua rede institucional, destacando-se o licenciamento da primeira Sociedade de Garantia Mútua e o crescimento das organizações de poupança e empréstimo (13 %), dos operadores de microcrédito (22 %) e dos microbancos (7 %). O sector de seguros também acompanhou esta tendência positiva, reflectindo o aumento do número de promotores de seguros (40 %), instituições seguradoras (21 %), corretoras de seguros (20 %) e corretoras de resseguros (20 %).

Comportamento misto no uso de serviços financeiros. Em 2025, o crédito à economia observou uma ligeira redução (1 pp) passando para 19 % do produto interno bruto (PIB), enquanto os depósitos cresceram em 3 pp para 51 % do PIB, indicando maior mobilização de poupança. Persistem fortes disparidades regionais e de género, com aumento da desigualdade no acesso ao crédito. Nos serviços digitais, destaca-se a manutenção da tendência de crescimento das transferências via IME e de redução nos pagamentos.

Estabilidade do Índice de Inclusão Financeira (IIF). No mesmo período, o IIF manteve-se em 36,4, indicando um nível de inclusão financeira moderado, a reflectir aumentos nas dimensões de acesso e uso, amortecido pela redução na disponibilidade. As IME apresentaram desempenho superior face aos bancos, evidenciando maior eficácia dos canais digitais.

Expansão do mercado segurador. O sector segurador cresceu cerca de 4 %, mas permanece altamente concentrado no seguro tradicional (98,8 %) e na cidade de Maputo. O microsseguro continua com fraco desempenho (1,2 %), limitando a inclusão.

Mercado de capitais mantém crescimento e relevância no financiamento da economia. Em 2025, a capitalização bolsista atingiu 221,9 mil milhões de meticais (MT), correspondente a um crescimento de cerca de 5 % face a 2024, enquanto o rácio de capitalização bolsista em percentagem do PIB aumentou 1,4 pontos percentuais, reforçando o papel do mercado de capitais no financiamento da economia nacional.

Sandbox Regulatório continua a impulsionar inovação, com *fintechs* a desenvolverem soluções digitais em crédito, poupança, dever de identificação e pagamentos.

Modernização dos pagamentos sociais culmina na bancarização total (100 %) dos pensionistas do Estado. Até Dezembro de 2025, o sistema obrigatório de previdência social registou 241 169 pensionistas, todos bancarizados, confirmando a total migração para o Sistema Único de Pagamento de Pensões, iniciado em 2020.

Avanços na implementação da ENIF 2025-2031. A execução da ENIF apresenta progresso positivo sendo que, do total de 39 acções previstas para o horizonte da Estratégia, todas encontram-se em curso, evidenciando o compromisso das instituições responsáveis com a sua implementação.

Apesar dos progressos registados, persistem desafios relacionados com a redução das desigualdades regionais e de género, a expansão do acesso e uso de serviços financeiros, a promoção dos pagamentos digitais, o reforço da literacia financeira e digital e da protecção do consumidor. Neste contexto, perspectiva-se que estes desafios sejam gradualmente ultrapassados através da implementação da ENIF 2025-2031, com destaque para a expansão dos pontos de acesso financeiros, o fortalecimento dos pagamentos digitais, a promoção do acesso à identificação civil, a implementação das Directrizes sobre a Política de Acesso e Uso Equitativo de Produtos e Serviços Financeiros, o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação Financeira (PNEF), o reforço dos mecanismos de protecção do consumidor e da cibersegurança, bem como a introdução de soluções inovadoras através do Sandbox Regulatório e do primeiro microbanco 100 % digital do País.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão financeira constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento económico sustentável, ao permitir que pessoas singulares e colectivas tenham acesso a produtos e serviços financeiros seguros, acessíveis e diversificados. O seu papel tem vindo a ganhar crescente relevância a nível internacional, como um factor essencial para o estímulo à poupança, o reforço do financiamento à economia, a expansão da actividade produtiva, a geração de rendimento e a redução da pobreza, contribuindo, deste modo, para a melhoria do bem-estar da população e redução das desigualdades sociais.

Em Moçambique, este compromisso foi reforçado através da aprovação da ENIF 2025-2031. A Estratégia está estruturada em quatro pilares fundamentais, nomeadamente: (i) expansão do acesso a produtos e serviços financeiros; (ii) aumento do uso de produtos financeiros acessíveis e de qualidade; (iii) promoção da literacia financeira; e (iv) reforço da protecção e da confiança dos consumidores nos serviços financeiros. A sua implementação envolve um conjunto alargado de acções coordenadas entre instituições públicas e privadas, totalizando 39 iniciativas, das quais 32 se encontram em curso, assegurando uma abordagem integrada e multisectorial. O BM assume o papel de Unidade Técnica de Implementação, assegurando a coordenação, monitoria e avaliação do processo.

O presente relatório apresenta os principais resultados alcançados ao longo de 2025, no âmbito da implementação da ENIF 2025-2031. Para o efeito, são analisados a evolução dos indicadores de inclusão financeira, o grau de execução do plano de acções, bem como as principais iniciativas em curso para o fortalecimento do sistema financeiro inclusivo em Moçambique. Considerando que 2025 constitui o primeiro ano de implementação da Estratégia, a avaliação do grau de cumprimento das metas será efectuada em períodos subsequentes, não sendo objecto da presente análise.

No geral, em 2025 o sistema financeiro moçambicano continuou a registar progressos relevantes em matéria de inclusão financeira, com destaque para a expansão dos serviços digitais. Contudo, persistem desafios estruturais, nomeadamente assimetrias regionais e de género no acesso e uso efectivo de serviços financeiros, limitações de literacia financeira e digital, bem como protecção ao consumidor, o que reforça a necessidade de intervenções mais direccionadas.

Além desta introdução, o presente relatório é composto pelos seguintes capítulos:

Capítulo 2, que apresenta o estágio da inclusão financeira, analisando o acesso, a disponibilidade e o uso de serviços financeiros em linha com as dimensões da nova metodologia de cálculo do IIF, bem como a evolução dos mercados segurador e de capitais;

Capítulo 3, que incide sobre a monitoria da ENIF 2025-2031, com ênfase nas acções programadas para o ano de reporte (2025), o Sandbox Regulatório, outras iniciativas relevantes; e

Capítulo 4, que apresenta as principais conclusões e perspectivas.

2. ESTÁGIO DA INCLUSÃO FINANCEIRA

O ano de 2025 foi caracterizado pela manutenção da tendência positiva da inclusão financeira, impulsionada pela digitalização e maior expansão dos serviços das IME. Em comparação com o ano de 2024, o número de pontos de acesso cresceu 36 %, reflectindo principalmente o aumento dos agentes de moeda electrónica (42 %). No mesmo sentido, a posse de contas de moeda electrónica atingiu 1313 contas por 1000 adultos, representando um crescimento de 20 %, com destaque para mulheres (24 %). Apesar dos progressos, persistem desafios na redução das desigualdades regionais e de género no acesso e uso efectivo dos serviços financeiros.

2.1. Sector Financeiro

Expansão do sector financeiro, impulsionada pelo crescimento das sociedades financeiras, operadores de microfinanças e instituições de crédito e de seguro. Entre 2024 e 2025, o sistema financeiro nacional registou uma evolução positiva da sua estrutura institucional.

No segmento das sociedades financeiras, destaca-se o licenciamento da primeira Sociedade de Garantia Mútua, contribuindo para a diversificação dos mecanismos de mitigação de risco e facilitação do acesso ao financiamento.

Ao nível dos operadores de microfinanças, observou-se um crescimento das organizações de poupança e empréstimo, que aumentaram 13 %, passando de 15 para 17 entidades, dos operadores de microcrédito, que cresceram cerca de 22 %, de 2818 para 3426 operadores, e dos microbancos, que passaram de 15 para 17 instituições.

Esta evolução evidencia o reforço da oferta de serviços financeiros direccionados a segmentos tradicionalmente menos abrangidos pela banca convencional, contribuindo para o aprofundamento da inclusão financeira.

Por sua vez, o sector Segurador registou uma expansão assinalável, impulsionada pelo aumento do número de promotores de seguros (40 %), instituições seguradoras (21 %), correctoras de seguros (20 %) e correctoras de resseguros (20 %). Em contrapartida, verificou-se uma redução de 75 % no número de microsseguradoras.

No seu conjunto, estes desenvolvimentos reflectem o dinamismo do sector e o alargamento gradual da rede de distribuição de produtos e serviços de seguros, ampliando a sua cobertura e alcance junto da população (Figura 1).

Figura 1 – Composição do Sector Financeiro em Moçambique

											
Instituições de Crédito		Sociedades Financeiras		Operadores de Microfinanças		Instituições de Seguros		Segurança Social e Fundos de Pensões		Mercados de Capitais	
15	Bancos	1	Sociedade Emitente ou Gestora de Cartões de Crédito	17	Microbancos (+2)	23	Instituições Seguradoras (+4)	2	Regimes Obrigatórios de Segurança Social do Estado	18	Operadores de Bolsa
		1	Sociedade de Investimento	5	Cooperativas de Crédito	1	Micro-seguradoras (-3)	8	Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões		
		6	Casas de Câmbio	17	Organizações de Poupança e Empréstimo (+2)	190	Corretoras de Seguros (+31)	13	Fundos de Pensões Complementares		
		3	Sociedades Financeiras de Corretagem	3,426	Operadores de Microcrédito (+608)	6	Corretoras de Resseguros (+1)				
		1	Sociedade Corretora			1	Resseguradora				
		1	Sociedade de Garantia Mútua (nova)			37	Agentes Sociedade Comercial (+4)				
		5	Empresas Prestadoras de Serviços de Pagamentos			137	Agentes de Seguro Pessoa Singular (-8)				
						846	Promotores de Seguros (+243)				

Fonte: BM e ASPFM

2.2. Pontos de Acesso a Serviços Financeiros

Expansão dos canais financeiros alternativos num contexto de redução de POS. Em 2025, o País registou 482 359 pontos de acesso a serviços financeiros, o que representa um crescimento de 36 % face a 2024. Esta evolução foi impulsionada, sobretudo, pela expansão dos agentes não bancários (42 %), das delegações e balcões (26 %) e das representações (22 %). Em contrapartida, observou-se uma redução do número de POS e caixas automáticas-ATM (Tabela 1).

Tabela 1 - Total de Ponto de Acesso

Tipo	Pontos de Acesso		Nível de Concentração		Var. (%)
	2024	2025	2024 (%)	2025 (%)	
Agências ⁽¹⁾	733	728	0.2	0.1	-0.7
Agentes não bancários ⁽²⁾	315,005	446,604	88.3	91.9	41.8
Representações ⁽³⁾	2,818	3,426	0.8	0.7	21.6
Delegações e balcões ⁽⁴⁾	1,114	1,408	0.3	0.3	26.4
ATM	1,391	1,383	0.4	0.3	-0.6
POS	35,486	32,236	9.9	6.6	-9.2
Total	353,729	482,359	100.0	100	36

Notas: (1) Bancos, microbancos e cooperativas; (2) IME; (3) Operadores de microcrédito; e (4) Seguradoras.

Fonte: BM e ASPFM

2.3. Dimensões de Inclusão Financeira

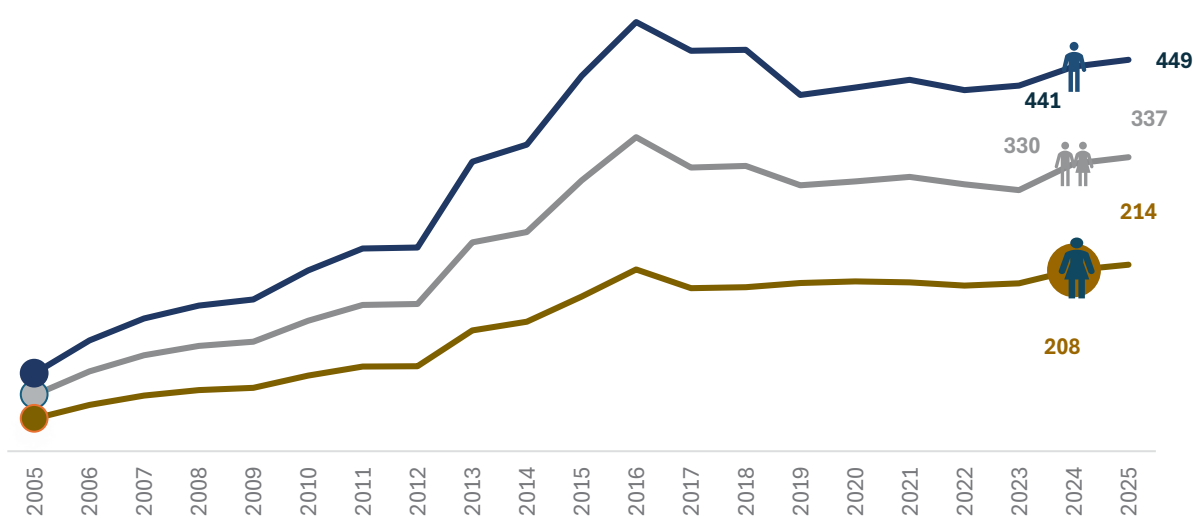
Prevalência de disparidades significativas na distribuição dos pontos de acesso por província, em termos demográficos e geográficos. Estas disparidades continuam a reflectir diferenças na densidade populacional, no nível de desenvolvimento económico e na penetração dos serviços financeiros. Enquanto a cidade e província de Maputo apresentam os maiores níveis de cobertura, Niassa, Nampula, Zambézia e Cabo Delgado registam os valores mais baixos, evidenciando desafios estruturais e a necessidade de estratégias diferenciadas para promover a inclusão financeira equitativa.

2.3.1. Acesso Demográfico

2.3.1.1. Posse de Contas Bancárias

Crescimento tímido do número de contas bancárias. Em 2025, verificou-se um aumento de 2 % no número de contas por 1000 adultos, de 330 em 2024 para 337. A disparidade de género mantém-se estruturalmente elevada, uma vez que o número de contas por 1000 mulheres aumentou de 208 para 214, assim como o número de contas por 1000 homens subiu de 441 para 449 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução do Número de Contas Bancárias por 1000 Adultos (Homens e Mulheres)



Fonte: BM

Em termos regionais, verificou-se, em 2025 uma redução de adultos com conta bancária apenas na província de Gaza, enquanto nas restantes províncias se observou uma tendência geral de crescimento, embora Niassa, Nampula e Zambézia continuem com as menores taxas de bancarização (Gráfico 2), reforçando a necessidade de estratégias mais focalizadas nessas

provincias. No mesmo período, a bancarização nos 20 distritos mais bancarizados manteve-se globalmente estável, com ligeiros aumentos em alguns distritos, como Chimoio, Inhassoro e cidade da Matola, e reduções ou estabilidade nos distritos de Pemba-Metuge, Manhiça, Quelimane e Nampula (Gráfico 3).

Caixa 1 - Introdução do NUIB e contributo para a inclusão financeira

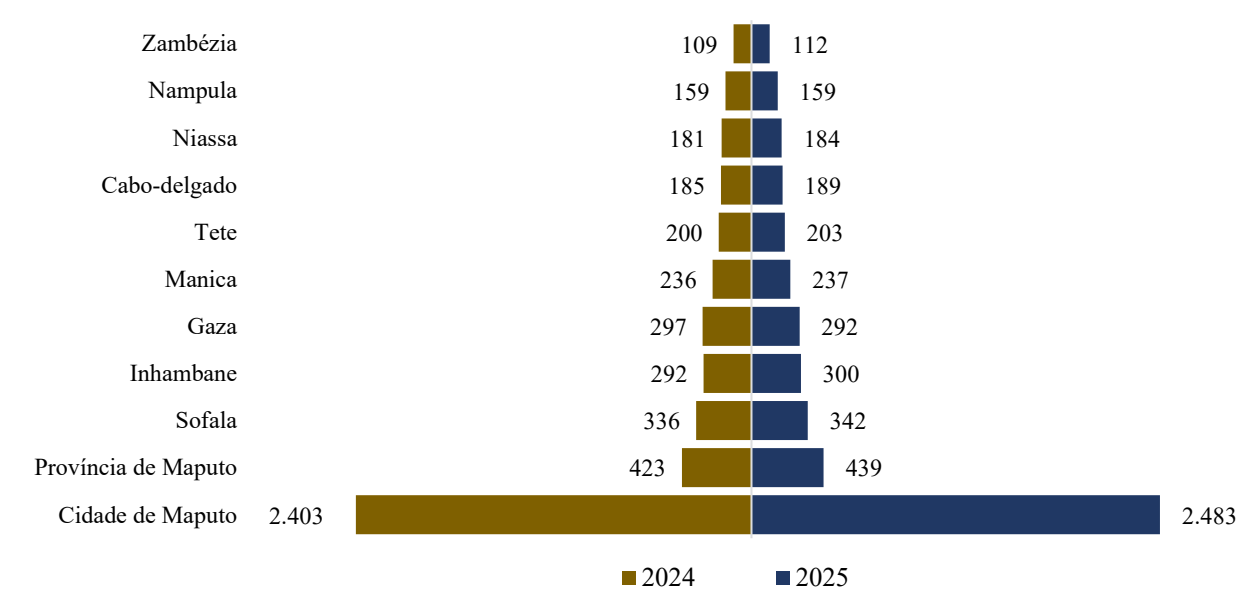
Entre os desenvolvimentos recentes do sector financeiro em Moçambique destaca-se a introdução do Número Único de Identificação Bancária (NUIB). O seu enquadramento jurídico assenta, em particular, no Aviso n.º 10/GBM/2021, de 22 de Dezembro, bem como no regime subsequente que estabelece a obrigatoriedade da utilização de um identificador único por cliente no sistema bancário, em articulação com a legislação relativa à abertura e gestão de contas bancárias.

O NUIB constitui um identificador único e permanente atribuído a cada cliente do sistema financeiro, permitindo a sua identificação inequívoca em todas as instituições financeiras. Do ponto de vista da inclusão financeira, o NUIB representa um instrumento estruturante, ao permitir uma medição mais rigorosa do número efectivo de indivíduos com acesso a serviços financeiros, distinguindo titulares únicos de contas múltiplas e possibilitando uma análise mais precisa do grau de bancarização da população.

Até 31 de Dezembro de 2025, encontravam-se registados 4,1 milhões de NUIB, dos quais 64 % pertenciam a homens e 36 % a mulheres.

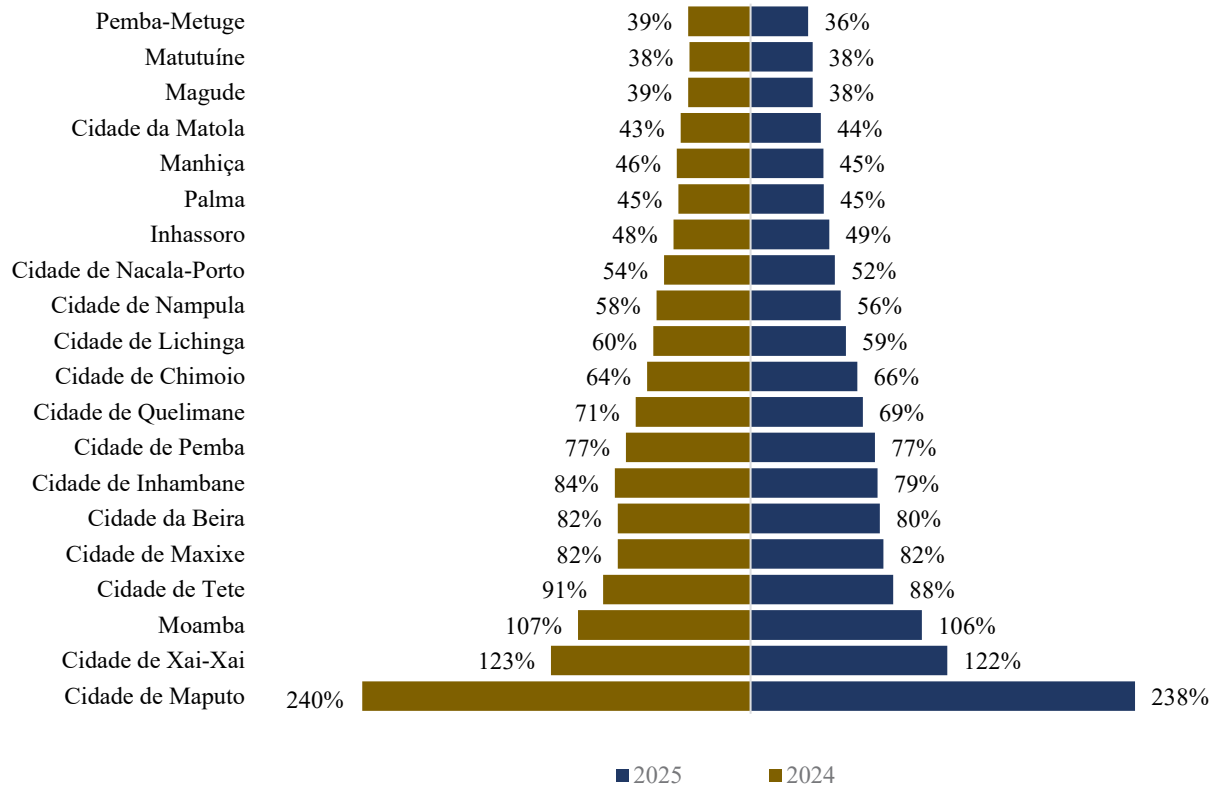
Assim, o NUIB constitui um instrumento estruturante para a modernização do sistema financeiro em Moçambique, sendo expectável que a sua consolidação e o aumento da granularidade dos dados reforcem a qualidade dos indicadores de inclusão financeira e permitam uma análise mais precisa, centrada no cliente, com impacto na formulação de políticas públicas mais eficazes.

Gráfico 2 - Evolução de Contas Bancárias em Proporção da População Adulta por Província



Fonte: BM

Gráfico 3 - Os 20 Distritos mais Bancarizados do País em 2025



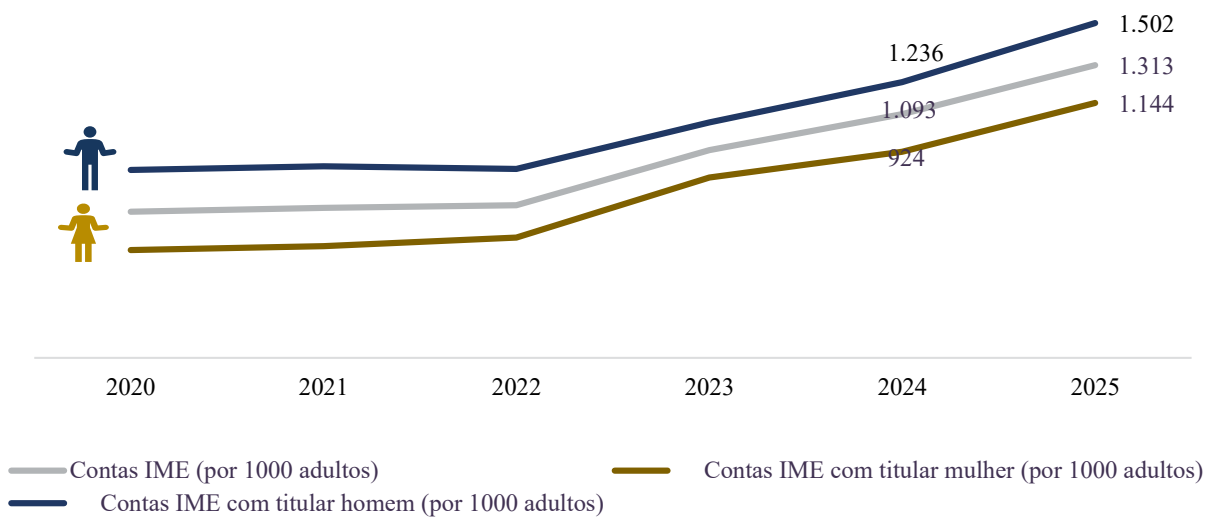
Fonte: BM

2.3.1.2. Posse de Contas de Moeda Electrónica

Continuidade da expansão da posse de contas de moeda electrónica e redução da disparidade de género. A posse de contas de moeda electrónica registou um crescimento contínuo, consolidando-se como um dos principais motores da inclusão financeira no País. Em 2025, o número total de contas por 1000 adultos atingiu 1313, representando um aumento de 20 % face a 2024 (1093 contas por 1000 adultos) (Gráfico 4).

Em termos desagregados, a posse de contas por mulheres registou um crescimento expressivo de 24 %, passando de 924 contas por 1000 adultos em 2024, para 1144 em 2025. Este aumento, superior ao registado entre os homens, que foi de 22 % (de 1236 para 1502 contas por 1000 adultos), contribuiu para a redução da disparidade de género. O ritmo acelerado de crescimento entre as mulheres reflecte uma maior propensão ao acesso digital a serviços financeiros, embora persistam assimetrias noutras dimensões da inclusão financeira.

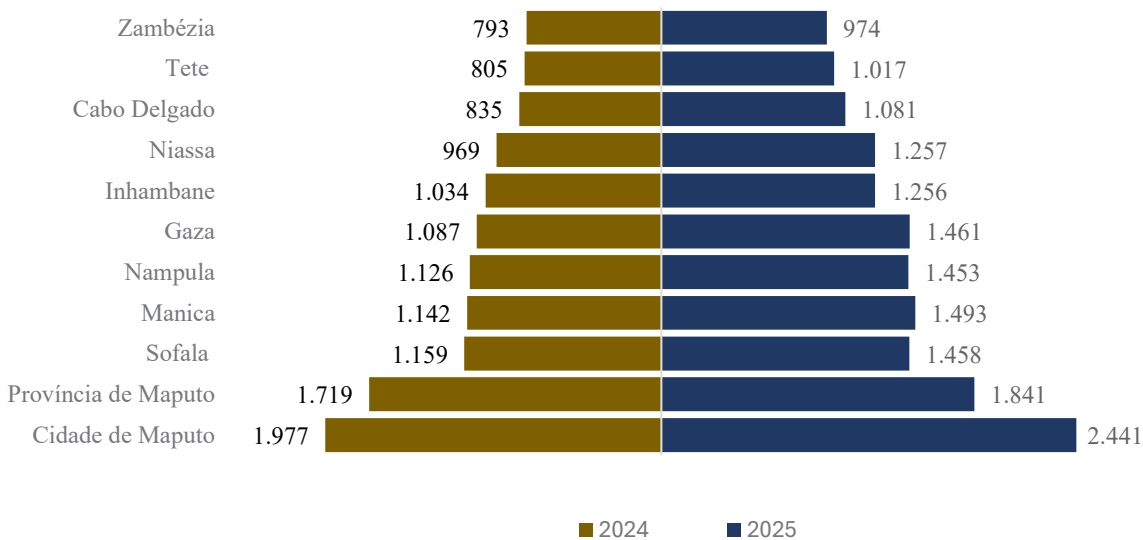
Gráfico 4 - Evolução de Contas de Moeda Electrónica por mil Adultos (Homens e Mulheres)



Fonte: BM

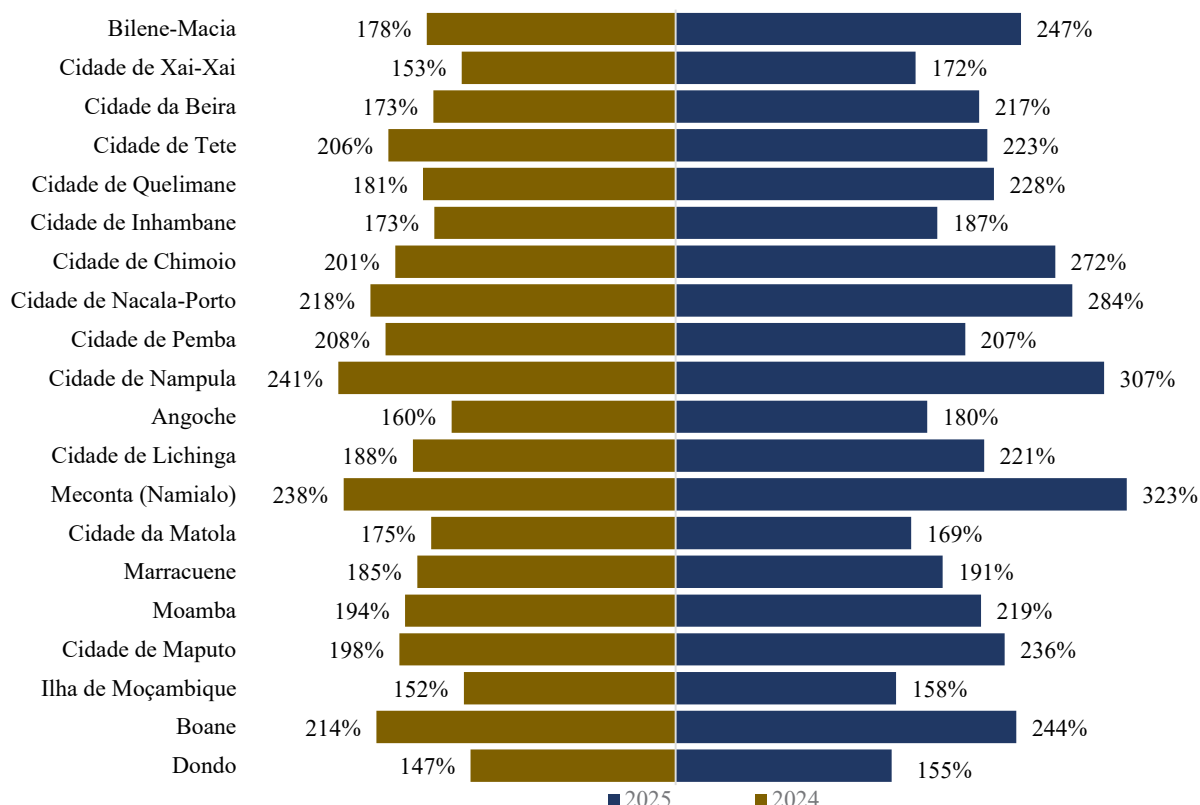
Aumento de posse de contas de moeda electrónica em todas as províncias, embora Zambézia, Tete e Cabo Delgado continuem a registar os níveis mais baixos de adesão. As maiores variações percentuais ocorreram em Gaza (34,4 %) e Manica (30,8 %), seguidas de Niassa, Nampula e Cabo Delgado (cerca de 29-30 %). A menor variação foi registada na província de Maputo (7,1 %) (Gráfico 5). A nível distrital, observou-se uma ligeira desaceleração no crescimento de contas de moeda electrónica em 13 dos 20 distritos mais bancarizados. Apesar desse abrandamento, a dinâmica global mantém-se de expansão contínua, com maior dinamismo em algumas regiões do Norte e Centro, e crescimento mais moderado nas áreas urbanas consolidadas (Gráfico 6).

Gráfico 5 - Evolução de Contas de Moeda Electrónica em Proporção da População Adulta por Província



Fonte: BM

Gráfico 6 - Os 20 distritos com Maior Penetração de Contas de Moeda Electrónica



Fonte: BM

2.3.2. Disponibilidade dos Serviços Financeiros

Sistema financeiro evolui gradualmente de infra-estruturas físicas para soluções digitais móveis. Em 2025, os indicadores de disponibilidade de serviços financeiros por 100 mil adultos revelam uma transformação significativa na estrutura do sistema financeiro, marcada pela expansão acelerada dos canais digitais e retracção dos meios tradicionais. Comparativamente a 2024, registou-se uma redução do número de POS, decorrente, sobretudo, da desactivação de terminais que se encontravam inactivos e do cancelamento daqueles considerados não rentáveis. Adicionalmente, observou-se estabilidade nos ATM e agências bancárias face a um crescimento das seguradoras e dos agentes de moeda electrónica, consolidando-se, este último, como o principal vector de expansão do acesso a serviços financeiros. Este desempenho evidencia o papel crescente das soluções baseadas em telemóvel na promoção da inclusão financeira. No segmento segurador, verificou-se uma redução de seguradoras por 100 mil adultos e manutenção em termos geográficos (Gráficos 7).

Gráfico 7 - Pontos de Acesso por 100 mil adultos

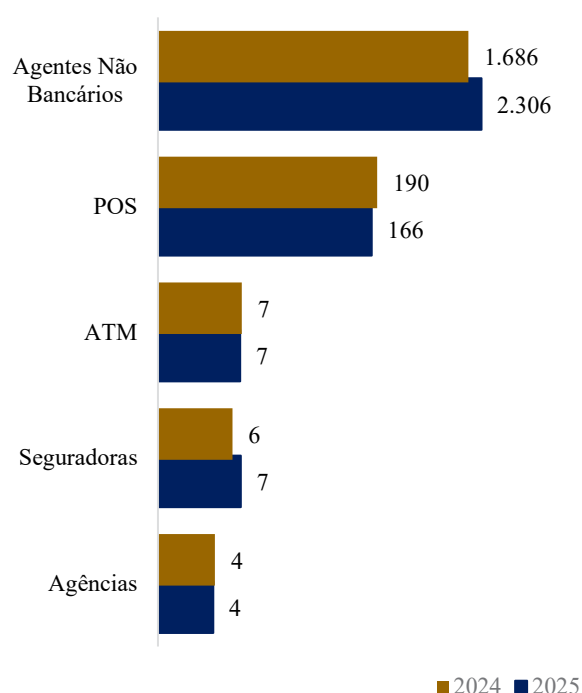
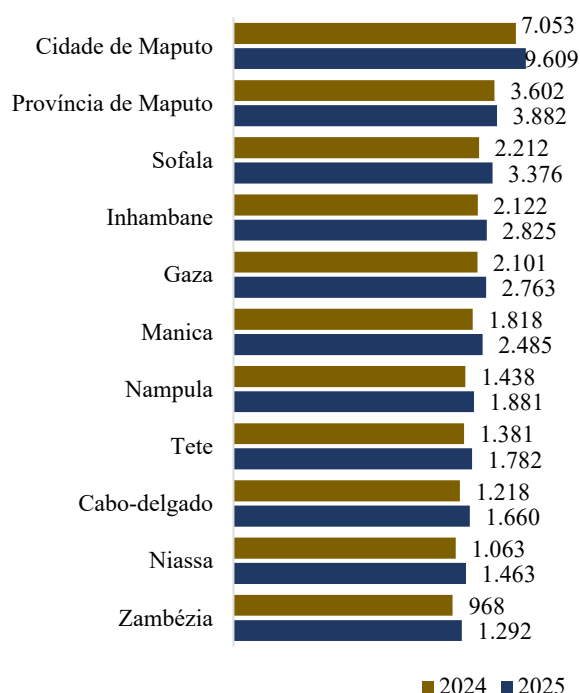


Gráfico 8 – Pontos de Acesso por Província 100 mil Adultos



Fonte: BM e ISSM

Expansão robusta e homogênea dos pontos de acesso financeiros em todo o território nacional, contribuindo para uma redução gradual das assimetrias regionais no acesso a serviços financeiros. Entre 2024 e 2025 observou-se uma tendência generalizada de crescimento dos pontos de acesso por 100 mil adultos em todas as províncias, situando-se na maioria dos casos, entre 30 % e 40 % (como Niassa, Manica e Cabo Delgado). A província de Sofala registou maior crescimento (52,6 %), enquanto a província de Maputo apresentou uma expansão mais moderada (7,8 %), o que pode reflectir um nível mais elevado de cobertura pré-existente e, consequentemente, menor margem de expansão (Gráfico 8).

Manutenção da rede de agências bancárias e forte assimetria territorial em 2025. Entre 2024 e 2025, a distribuição de agências por 100 mil adultos manteve-se na maioria das províncias, excepto na cidade de Maputo e províncias de Cabo Delgado e Niassa, enquanto a província da Zambézia se manteve no nível mais baixo (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Agências Bancárias por 100 mil adultos

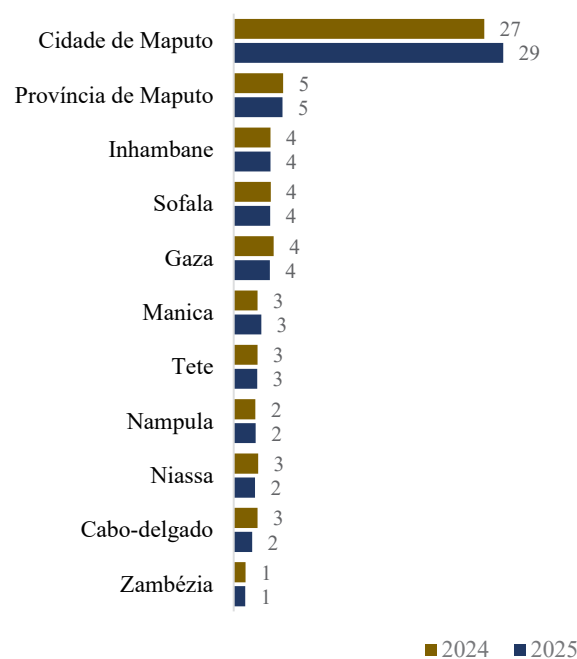
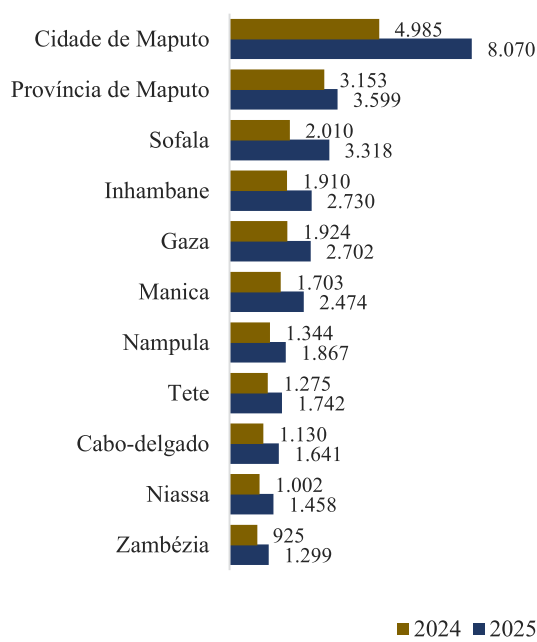


Gráfico 10 - Agentes Não Bancários por 100 mil adultos



Fonte: BM

Agentes não bancários ganham terreno e reforçam acesso financeiro nas províncias menos servidas. Os agentes não bancários por 100 mil adultos, incluindo nas zonas historicamente menos servidas como Niassa (45,5 %), Cabo Delgado (45,2%) e Zambézia (40,5 %) registam crescimentos expressivos e consistentes (Gráficos 10).

Manutenção da estabilidade da rede ATM na maioria das províncias e contracção generalizada dos POS, sobretudo nas zonas urbanas. Entre 2024 e 2025, a rede de ATM manteve uma tendência global de estabilidade, enquanto a rede de POS registou redução generalizada, com maiores quedas na cidade de Maputo, e províncias de Maputo, Inhambane e Sofala. A redução dos POS poderá estar associada à racionalização da rede de terminais por algumas instituições bancárias, incluindo a desactivação de POS inactivos e o cancelamento de terminais considerados não rentáveis (Gráficos 11 e 12).

Gráfico 11 - ATM por Província por 100 mil Adultos

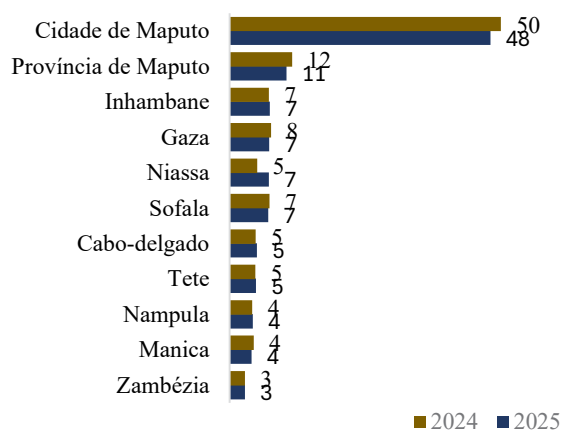
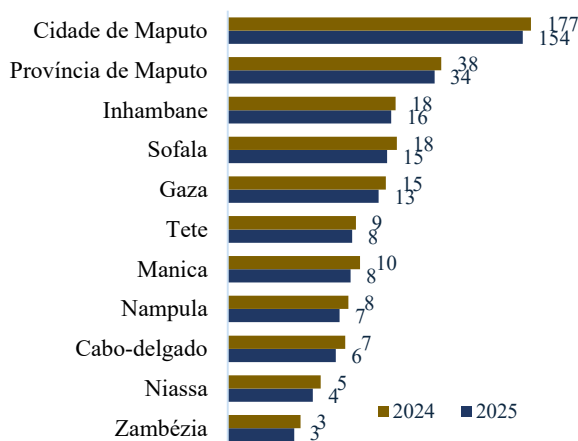


Gráfico 12 - POS por Províncias por 100 mil adultos



Fonte: BM

2.3.3. Uso de Serviços Financeiros

i. Transações Financeiras Bancárias

Aumento dos depósitos bancários e ligeira redução do financiamento à economia. O crédito à economia sofreu uma ligeira redução de 1,0 ponto percentual, fixando-se em 19 % do PIB e o financiamento bancário *per capita* permaneceu em torno de 15 milhões de MT por cada 1000 adultos. Em contrapartida, observou-se um aumento da poupança financeira. Os depósitos em proporção do PIB aumentaram cerca de 3,0 pontos percentuais para 51 % do PIB. Paralelamente, a poupança *per capita* também cresceu 5 %, fixando-se em aproximadamente 40 milhões de MT por cada 1000 adultos em 2025 (Gráficos 13 e 14).

Gráfico 13 - Crédito e Depósitos Totais em Percentagem do PIB

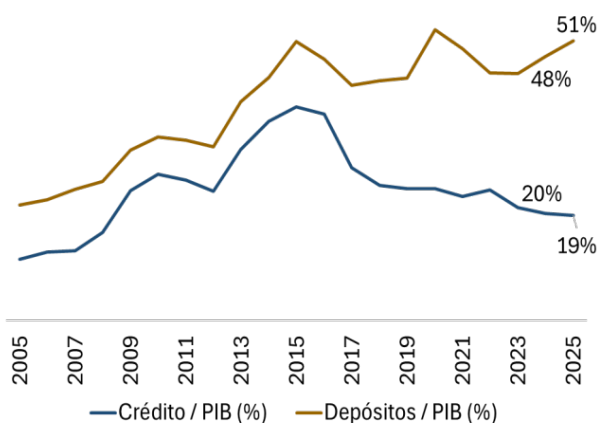
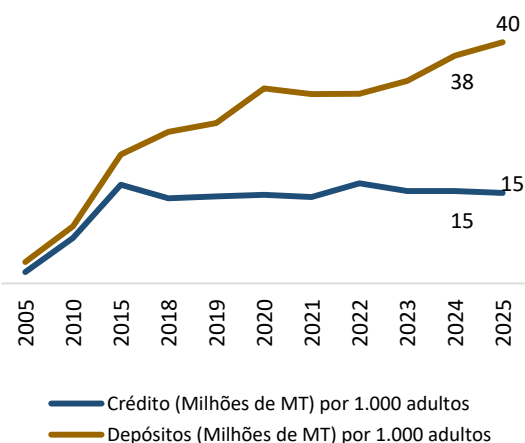


Gráfico 14 - Créditos e Depósitos Totais por 1000 Adultos

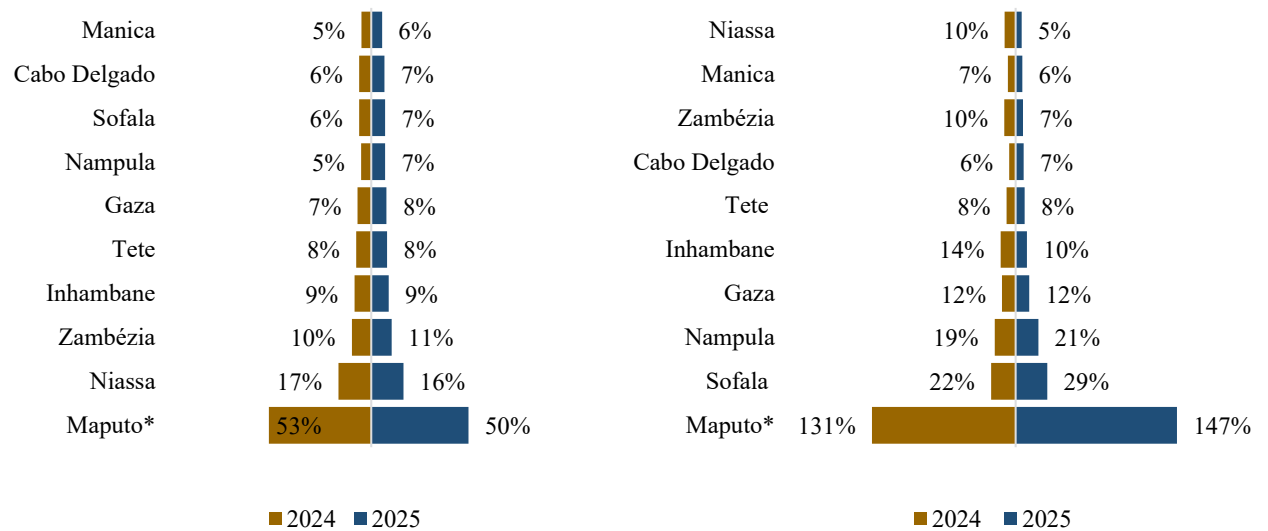


Fonte: BM

Em termos territoriais, o crédito à economia em percentagem do PIB manteve-se relativamente estável em 2025, entretanto, os níveis de intermediação financeira permanecem reduzidos em províncias como Manica (6 % do PIB), Nampula, Sofala e Cabo Delgado (7 % do PIB cada), evidenciando a persistência de desafios no acesso ao financiamento (Gráfico 15). Relativamente aos depósitos, Maputo reforçou significativamente a sua centralidade no sistema financeiro, registando um aumento de 16 pp para 147 % do PIB, enquanto Inhambane, Zambézia e Niassa registaram reduções.

No geral, persistem desigualdades significativas entre províncias no que se refere ao uso dos serviços financeiros, o que reforça a necessidade de medidas específicas, visando promover um maior equilíbrio regional no acesso ao crédito e na captação de depósitos.

Gráfico 15 - Crédito em Percentagem do PIB por Província **Gráfico 16 - Depósitos em Percentagem do PIB por Província**

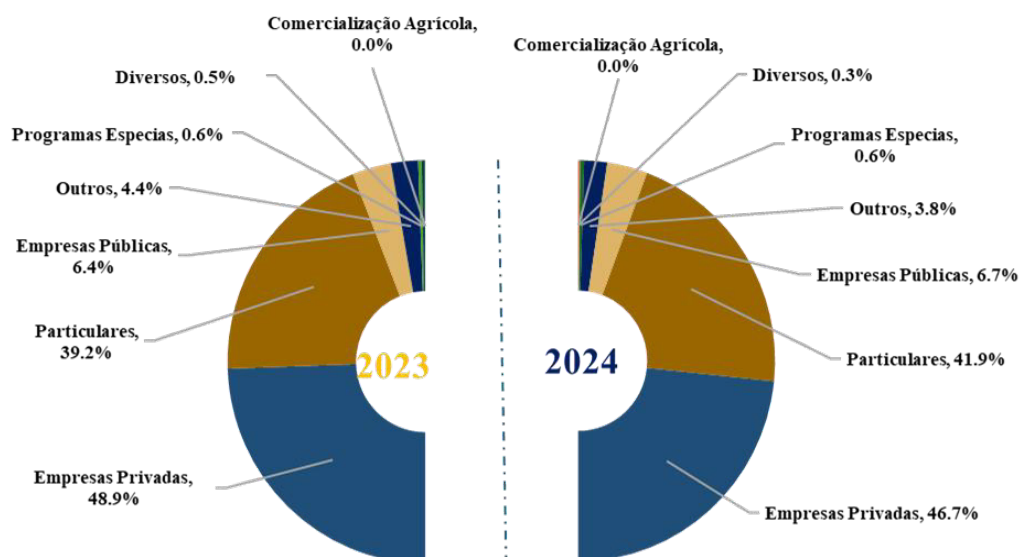


*Maputo província e cidade de Maputo
 Fonte: BM

Manutenção da concentração do crédito no sector privado, com alterações ligeiras na composição do financiamento. Em 2025, manteve-se a predominância do crédito às empresas privadas (47 %), seguindo-se o crédito aos particulares (44 %), que registou um aumento de 2 pp em relação a 2024.

Por outro lado, o crédito às empresas públicas observou uma redução do seu peso relativo, passando de 7 % para 5 % (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Concentração em Percentagem do Crédito concedido por Sector



Fonte: BM

Aumento da disparidade de género no acesso ao crédito num contexto de ligeira redução na constituição de depósitos. Entre 2024 e 2025, os depósitos mantiveram-se estáveis, com ligeira variação da participação feminina de 34 % para 35 %. Nos créditos, observa-se um aumento da participação das mulheres de 31 % para 34 % e dos homens de 59 % para 66 %, aumentando, assim, a disparidade de género no acesso ao crédito. Estes dados sublinham a necessidade continua de reforço de políticas e iniciativas específicas para promover a inclusão financeira das mulheres, em particular no acesso ao crédito e à constituição de depósitos, de modo a garantir maior equidade no acesso a serviços financeiros e a fortalecer a sua participação na economia (Gráficos 18 e 19).

Gráfico 18 - Depósitos por Género

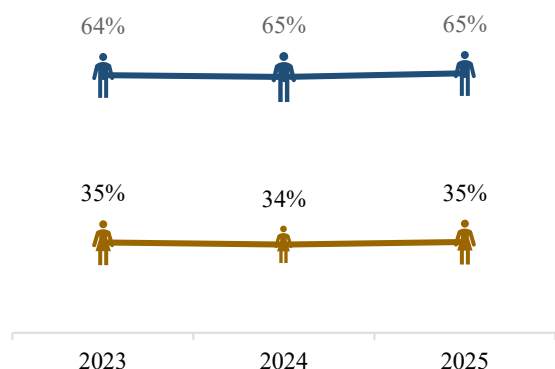
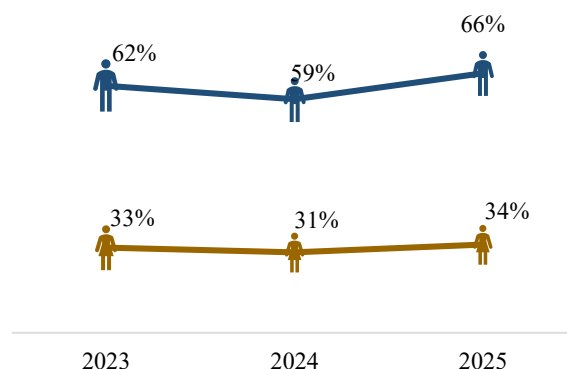


Gráfico 19 - Créditos por Género



Fonte: BM¹

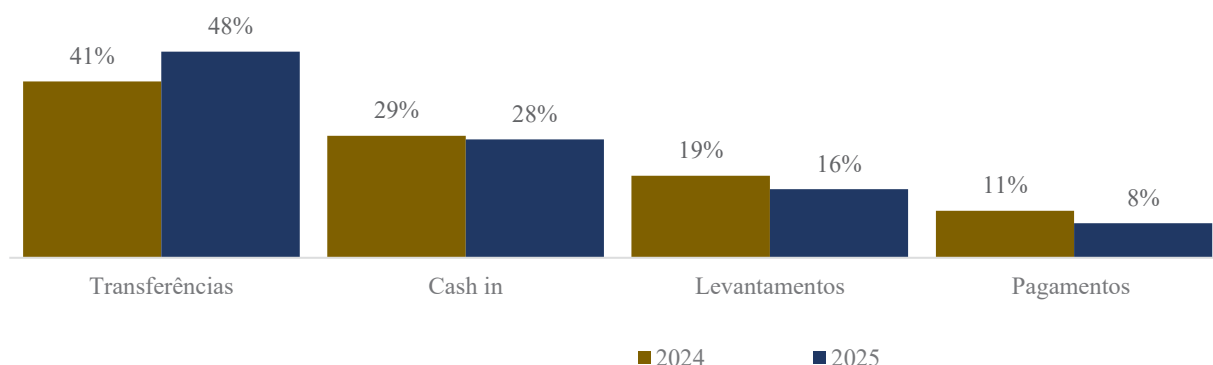
¹ As percentagens referem-se apenas a depósitos e créditos titulados por particulares com informação de género disponível, não incluindo contas conjuntas nem operações não desagregadas.

ii. Transacções em Moeda Electrónica

Manutenção da tendência de aumento das transferências em detrimento dos levantamentos e pagamentos. Entre 2024 e 2025, observou-se um crescimento das transferências em 7 pontos percentuais, enquanto os levantamentos e pagamentos reduziram em 3 pontos percentuais, respectivamente (Gráfico 20).

Esta evolução sugere uma utilização crescente das IME como instrumento de movimentação e retenção de valores no ecossistema financeiro digital, reforçando o papel das transferências e da circulação electrónica de fundos nas transacções financeiras.

Gráfico 20 - Composição da Carteira de Volume de Transacções em Moeda Electrónica

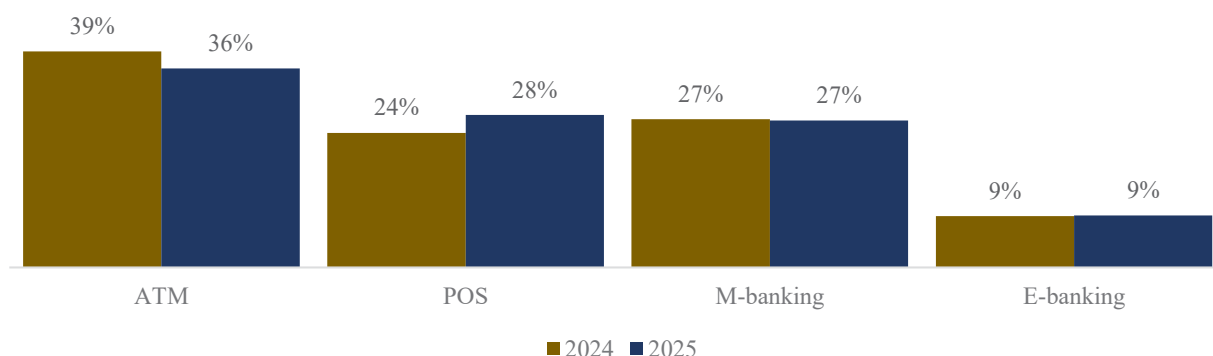


Fonte: BM

iii. Banca Electrónica e Canais Digitais

Aumento dos pagamentos electrónicos em POS face à queda do uso de ATM. A evolução do volume de transacções bancárias entre 2024 e 2025 evidencia um aumento de 4 pontos percentuais na participação dos POS, num contexto de redução de 3 pontos percentuais das transacções realizadas em ATM. Por sua vez, os canais digitais *m-Banking* e *e-Banking* mantiveram-se relativamente estáveis (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Composição da Carteira de Volume de Transacções Bancárias

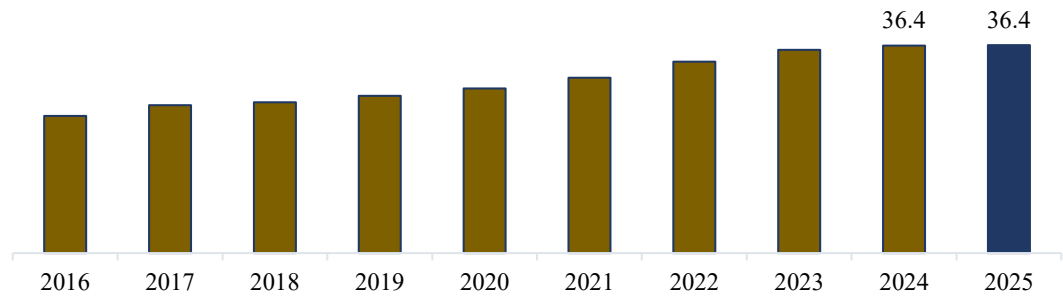


Fonte: BM

2.4. Índice de Inclusão Financeira

Inclusão financeira permanece em nível moderado com estabilidade do IIF em 2025. Em 2025, o IIF Global manteve-se em 36,4, sugerindo um nível moderado de inclusão financeira. Estes resultados indicam que ainda existem limitações significativas no acesso, disponibilidade e uso efectivo de serviços financeiros pela população (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Evolução do IIF



Fonte: BM

Redução do IIF no segmento bancário e aumento na componente das IME. Os bancos registaram um índice de 28.1 em 2025, abaixo dos 30.3 observados em 2024, evidenciando uma redução no nível de penetração e alcance dos seus serviços. Em contrapartida, as IME apresentaram um índice de 45.8, contra os 42.4 registados em 2024, demonstrando maior eficácia na inclusão de segmentos anteriormente excluídos, sobretudo por meio de soluções digitais e modelos operacionais de baixo custo. Este cenário reforça a necessidade de políticas que promovam a inovação e o fortalecimento da infra-estrutura financeira, bem assim a promoção da literacia financeira, visando uma inclusão mais equilibrada, sustentável e segura (Gráfico 23).

Gráfico 23 - Distribuição do IIF pelos segmentos Bancos e IME

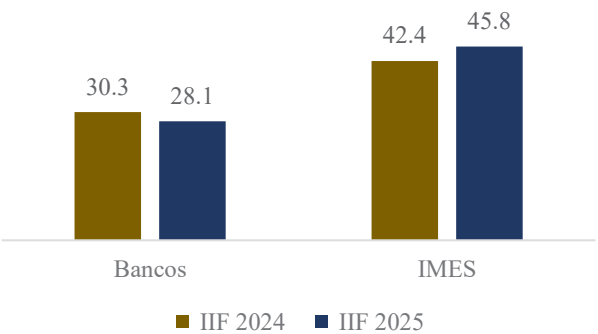
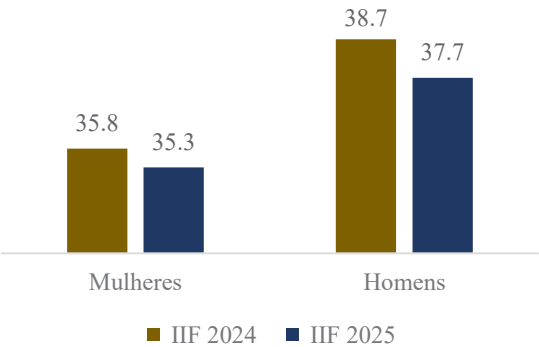


Gráfico 24 – Distribuição do IIF por Género



Fonte: BM

O IIF por género apresenta-se quase equitativo, contudo, ainda marcada por desigualdade de género. Quando analisado por género, observa-se que os homens registam um índice de 37.7 em 2025, abaixo dos 38.7 verificados em 2024, enquanto as mulheres apresentam um índice de 35.3, ligeiramente inferior aos 35.8 registados no período anterior. Apesar da redução observada em ambos os grupos, a diferença entre homens e mulheres mantém-se relativamente moderada,

reforçando a necessidade de políticas e intervenções específicas que promovam a redução das disparidades de género e assegurem um acesso mais inclusivo, equilibrado e sustentável aos serviços financeiros (Gráfico 24).

Varição do IIF reflecte dinâmicas diferenciadas entre as suas principais dimensões. Entre 2024 e 2025, a componente de acesso a serviços financeiros registou um aumento de 0,9 pontos, enquanto a componente de uso cresceu 2,9 pontos, evidenciando avanços na utilização e penetração dos serviços financeiros. Em contrapartida, a componente de disponibilidade reduziu 3,6 pontos, reflectindo desafios persistentes associados à cobertura e distribuição da infra-estrutura financeira no território nacional (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Índices por Dimensão

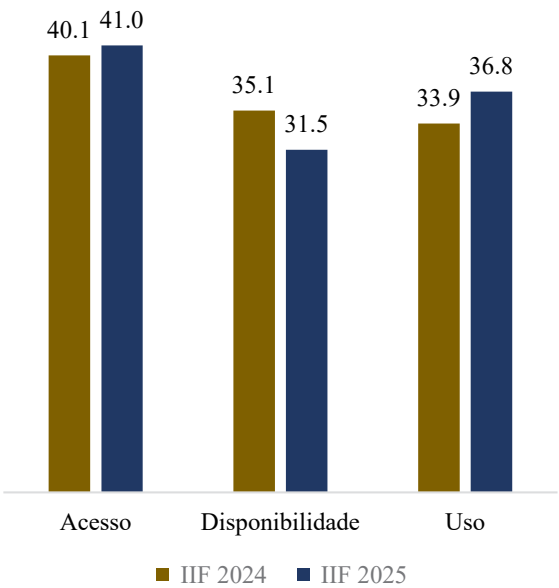
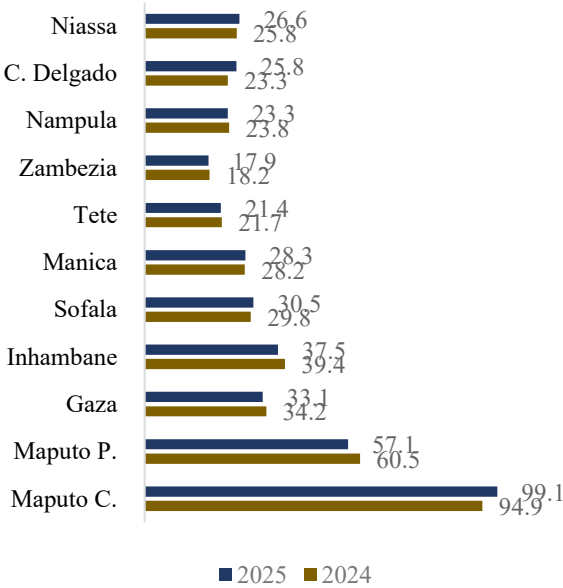


Gráfico 26- Índices por Província



Fonte: BM

Tendência de ligeira redução ou estagnação do IIF por província entre 2024 e 2025. Entre 2024 e 2025, destacam-se os aumentos registados na cidade de Maputo (4,2 pontos) e em Cabo Delgado (2,5 pontos) e reduções nas províncias de Maputo (3,4 pontos), Inhambane (1,9 pontos) e Gaza (1,1 pontos). As restantes províncias apresentaram variações pouco expressivas, sugerindo relativa estabilidade, mas também avanços ainda limitados na redução das assimetrias territoriais da inclusão financeira (Gráfico 26).

2.5. Mercados Segurador e de Capitais

2.5.1. Mercado segurador

Expansão do mercado segurador com forte concentração em Maputo e sinais de expansão provincial. Em 2025, o ramo de seguros registou um crescimento global de 3,5 %, enquanto os

microseguros apresentaram uma redução na mesma magnitude (Gráfico 27). Algumas províncias tais como Inhambane, Gaza e Tete registaram crescimento. A distribuição provincial continua fortemente concentrada na cidade de Maputo, enquanto as restantes províncias apresentam níveis de actividade significativamente inferiores, reforçando a necessidade de expansão dos serviços seguradores e de microseguros para regiões menos abrangidas (Gráfico 28).

Gráfico 27 - Prémios Brutos Emitidos (Milhões de MT)

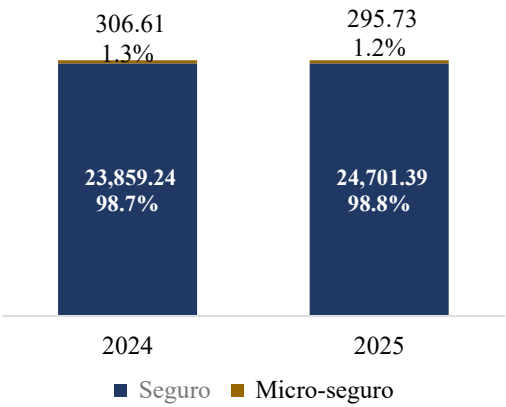
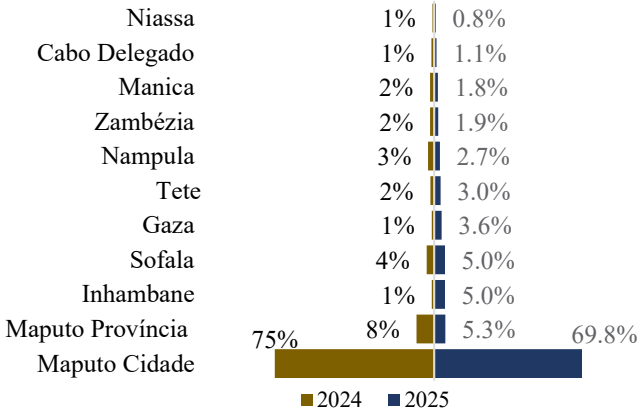


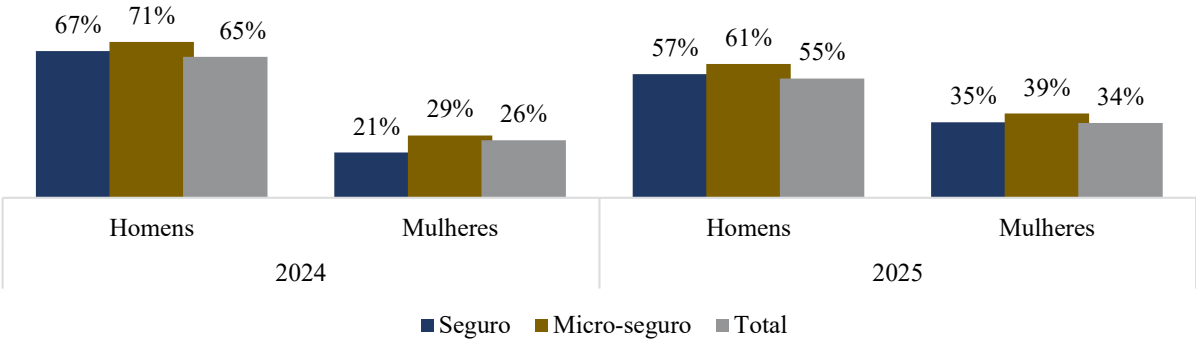
Gráfico 28- Apólices Comercializadas por Província



Fonte: ASFPFM (Dados actualizados para 2024 e 2025)

Evolução desigual entre género e segmentos de mercado. Entre 2024 e 2025, o mercado de seguros apresenta maior inclusão feminina, com crescimento da adesão das mulheres de 21 % para 35 %, enquanto a adesão masculina reduz de 67 % para 57 %. A mesma tendência verificou-se no microseguro, com a redução da participação dos homens de 71 % para 61 % e aumento da participação das mulheres de 29 % para 39 %. Em síntese, o seguro tradicional torna-se mais equilibrado em termos de género, enquanto o microseguro se torna mais concentrado no público masculino (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Apólices Comercializadas por Género e Pessoa

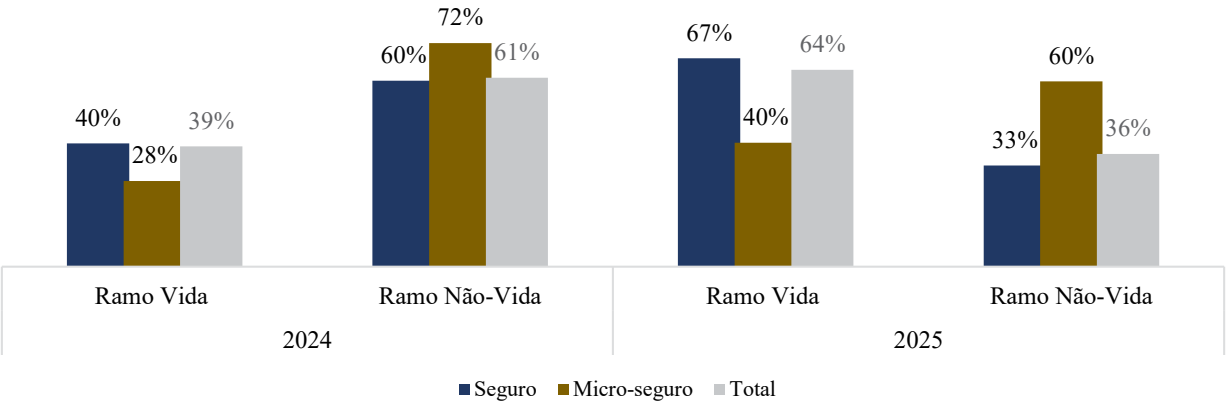


Fonte: ASFPFM (Dados actualizados para 2024 e 2025)

Evolução dos seguros evidencia reforço do ramo Vida e diversificação gradual dos microseguros. Entre 2024 e 2025, o ramo Vida registou um crescimento de 27 pontos percentuais no segmento de seguros e de 12 pontos percentuais no microseguro. Em contrapartida, o ramo Não-vida reduziu 27 pontos percentuais nos seguros e 12 pontos percentuais nos microseguros, embora continue predominante neste último segmento. De forma geral, os resultados evidenciam

um reforço da participação dos produtos do ramo Vida, acompanhado por uma gradual diversificação da estrutura dos microsseguros (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Apólices Comercializadas por Ramo

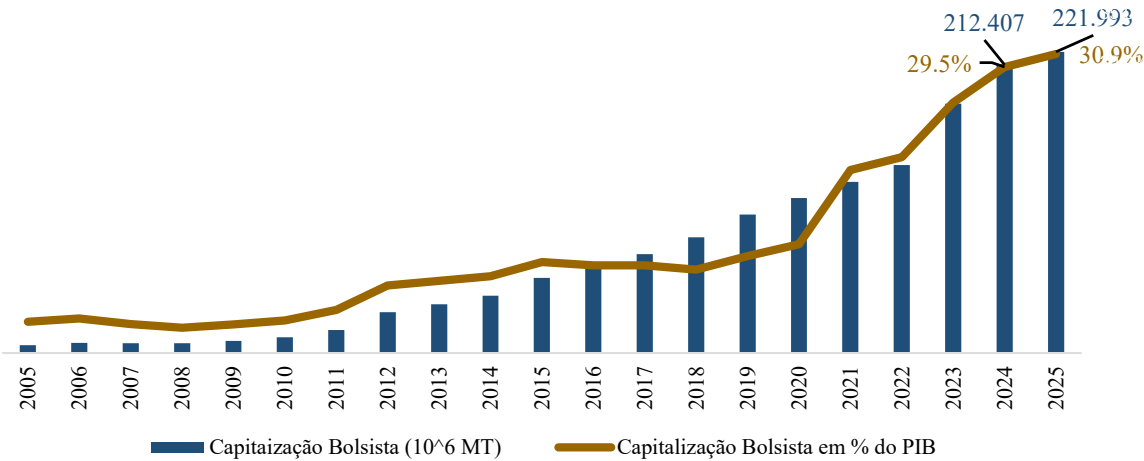


Fonte: ASPFM e BM

2.5.2. Mercado de Capitais

O mercado de capitais manteve a trajetória de crescimento em 2025, com a capitalização bolsista a atingir 221,9 mil milhões de MT, correspondente a um aumento de cerca de 5 % face a 2024. Este desempenho reflecte a contínua valorização dos activos cotados e o aprofundamento gradual do mercado financeiro nacional (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Capitalização Bolsista



Fonte: BVM

Paralelamente, a capitalização bolsista em percentagem do PIB aumentou 1,4 pontos percentuais, passando de 29,5 % em 2024 para 30,9 % em 2025, reforçando a relevância do mercado de capitais no financiamento da economia. A evolução observada ao longo dos últimos anos evidencia um processo contínuo de expansão e maior integração do mercado financeiro, acompanhado pelo

reforço da confiança dos investidores e pela diversificação progressiva dos instrumentos financeiros disponíveis.

Volume de negócios da bolsa mantém níveis elevados apesar da redução em 2025. Após atingir o valor mais elevado da última década em 2024, o volume de negócios da bolsa registou uma redução em 2025, situando-se em 24,6 mil milhões de MT, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 29 % face aos 34,5 mil milhões de MT registados no ano anterior (Gráfico 32). O volume de transacções reflecte a continuidade da actividade no mercado de capitais e a manutenção de níveis relevantes de liquidez e negociação de títulos.

Gráfico 32 - Volume de Negócios



Fonte: BVM

Caixa 2 - Bolsa de Valores: Expandindo as Oportunidades de Inclusão Financeira

Apesar da redução registada em 2025, o volume de negócios da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) manteve-se em níveis historicamente elevados, fixando-se em 24,6 mil milhões de MT. Este desempenho evidencia a continuidade da actividade no mercado de capitais e a manutenção de níveis relevantes de liquidez e negociação de títulos.

Na perspectiva da inclusão financeira, o volume de negócios constitui um indicador importante da participação dos agentes económicos no mercado financeiro formal. A negociação de títulos permite canalizar recursos financeiros para investimentos produtivos, oferecendo aos cidadãos empresas e instituições alternativas complementares de poupança e investimento, além de produtos bancários tradicionais, tais como depósitos a prazo e diferentes modalidades de contas poupança.

Por outro lado, a manutenção de elevados volumes de negociação reforça o papel do mercado de capitais como fonte complementar de financiamento da economia, contribuindo para a diversificação das fontes de financiamento das empresas e do Estado e para o desenvolvimento de um sistema financeiro mais profundo e eficiente.

Neste contexto, o volume de negócios constitui igualmente um indicador indirecto da mobilização da poupança nacional, confiança dos investidores, profundidade do mercado financeiro e utilização de instrumentos financeiros formais. Estes factores demonstram que a inclusão financeira não se limita ao acesso a contas bancárias e serviços de pagamento, abrangendo, também, a capacidade de os cidadãos e as empresas participarem activamente nos mercados financeiros e de capitais.

A evolução observada reforça, assim, a importância do mercado de capitais na construção de um sistema financeiro mais inclusivo, diversificado, resiliente e sustentável, capaz de ampliar as oportunidades de investimento e de financiamento para a economia moçambicana.

3. MONITORIA E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE INCLUSÃO FINANCEIRA

A ENIF 2025-2031 foi lançada publicamente pelo Governo em Agosto do ano em análise. A cerimónia contou com a participação de diversas instituições públicas e privadas relevantes, sinalizando o compromisso nacional com a expansão do acesso e uso de serviços financeiros formais.

O ano foi igualmente marcado pela entrada em funcionamento do CNIF, órgão responsável pela coordenação e supervisão da implementação da ENIF. Neste contexto, o CNIF realizou a sua primeira reunião de trabalho, em Setembro de 2025, na qual foram aprovados instrumentos de funcionamento, os planos de actividades e empossados os coordenadores dos grupos de trabalho temáticos.

Para assegurar a operacionalização da ENIF 2025-2031, foram constituídos sete grupos de trabalho, enquanto órgãos técnicos responsáveis pela execução do plano de acção da Estratégia, no âmbito dos seus quatro pilares estratégicos. Estes grupos abrangem áreas prioritárias como infra-estruturas financeiras, ecossistema de pagamento, crédito, poupança, investimento, seguros, finanças verdes, educação financeira e protecção do consumidor.

Durante o primeiro ano de implementação da Estratégia, os grupos de trabalho realizaram três encontros, dedicados à definição, harmonização e ao acompanhamento dos respectivos planos de actividades, tendo por base as acções aprovadas pelo CNIF. Estes encontros permitiram estabelecer mecanismos de coordenação interinstitucional e criar as bases para a implementação das medidas previstas na Estratégia.

Tratando-se do primeiro ano de implementação da ENIF 2025-2031, não se procede à avaliação dos indicadores face às metas, sendo esta expectável à medida que a execução da Estratégia se consolide e produza resultados mensuráveis.

3.1. Ponto de situação do Plano de Acções 2025

A ENIF 2025-2031 regista progressos relevantes na implementação, com todas as acções em execução. A Estratégia prevê um total de 39 acções, distribuídas pelos quatro pilares estratégicos, designadamente: Pilar I (7 acções), Pilar II (23 acções), Pilar III (4 acções) e Pilar IV (5 acções).

Do total das acções previstas para o horizonte da Estratégia, **todas as acções encontram-se em curso**, evidenciando o compromisso das instituições responsáveis com a sua implementação. (Gráficos 34 e 35).

Gráfico 34: Grau de Cumprimento do Plano de Acções da ENIF

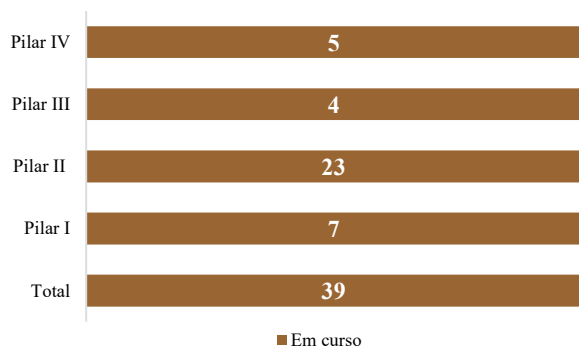
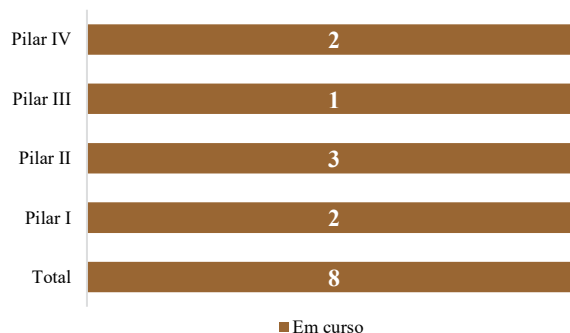


Gráfico 35: Grau de Cumprimento do Plano de Acções (2025)



Fonte: BM

3.1.1. Pilar I - Expandir o acesso a produtos e serviços financeiros

De um total de 2 acções estabelecidas para 2025, todas encontram-se em curso (100 %) (Quadro 1). Este desempenho evidencia um arranque sólido das iniciativas associadas à expansão do acesso, com intervenções em áreas estruturantes como o mapeamento de pontos de acesso, a expansão de infra-estruturas, realização do inquérito do lado da procura, promoção dos serviços financeiros digitais e o alargamento do acesso aos documentos de identificação.

No âmbito deste pilar foram igualmente realizadas acções complementares de relevo, embora não programadas para 2025, das quais se destacam:

- **a entrada em produção da nova versão da plataforma de mapeamento de pontos de acesso, desenvolvida pela Agência de Desenvolvimento Espacial.** Esta plataforma centraliza dados geoespaciais, facilita a partilha segura de informação e apoia a tomada de decisão através de mapas interactivos; e
- **a criação de postos de registo civil em unidades sanitárias com maternidade,** pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, com vista à expansão da cobertura dos canais de registo do cidadão e de atribuição de documentos de identificação. Neste âmbito, foi igualmente desenvolvido e ligado ao Sistema Electrónico de Registo Civil em unidades hospitalares (e-SIRCEV) o módulo *offline*, permanecendo como desafios a formação dos utilizadores e a alocação dos equipamentos necessários para a recolha de assinaturas.

Quadro 1 - Plano de Acções do Pilar I – Expandir o acesso a produtos e serviços financeiros

Objectivo	Acção	Líder	Ponto de Situação
Expandir os pontos de acesso	1. Realizar uma avaliação para identificar o ponto de acesso ideal	BM	Em curso: Iniciada a 1 de Julho de 2025, a nova versão da plataforma de mapeamento de pontos de acesso. Encontra-se em desenvolvimento o módulo analítico para identificação de localizações óptimas, estando em definição os respectivos requisitos técnicos e funcionais.
	2. Incentivar as instituições financeiras a expandir os seus pontos de acesso	BM, AMB	Em curso: O BM encontra-se na fase final de análise e avaliação dos critérios relativos à abertura e encerramento de agências, no âmbito da revisão do Aviso n.º 1/GBM/2015.

3.1.2. Pilar II - Aumentar o uso de produtos financeiros acessíveis e de qualidade

De um total de 3 acções previstas, no âmbito deste pilar para o ano de 2025, todas encontram-se em curso (100 %), conforme apresentado no Quadro 2. No período em análise, destacam-se progressos relevantes em matérias como pagamentos digitais, registos de crédito e garantias mobiliárias, financiamento às micro, pequenas e médias empresas (MPME), expansão dos microsseguros, investimento e finanças verdes, destacando-se, os seguintes desenvolvimentos:

- **aprovação do Aviso n.º 7/GBM/2025, de 19 de Setembro**, sobre Directrizes da Política de Acesso e Uso Equitativo de Produtos e Serviços Financeiros, com vista à promoção de maior inclusão e equidade;
- **elaboração do Roadmap de Finanças Verdes Inclusivas para o sector financeiro**, que visa assegurar um sistema financeiro resiliente, de baixo carbono e inclusivo, que canalize investimentos para sectores verdes, gere riscos climáticos e expande o acesso equitativo ao financiamento verde; e
- **aprovação do Aviso n.º 6/GBM/2025, de 21 de Outubro**, sobre Directrizes de Gestão dos Riscos Climáticos, reforçando a integração dos riscos climáticos na gestão de riscos das instituições financeiras.

Quadro 2 - Plano de Acções do Pilar II: Aumentar o uso de produtos financeiros acessíveis e de qualidade

Objectivo	Acção	Líder	Ponto de Situação
Promover os pagamentos digitais	3. Colaborar com todas as instituições da área de comunicações, de modo a garantir a expansão da rede de comunicações por todo o País.	INCM	Em curso: O INCM iniciou missões em zonas prioritárias para levantamento de dados, com vista ao mapeamento de áreas com cobertura insuficiente ou inexistente de redes de comunicação.
Aumentar a cobertura dos fundos de pensões e de segurança social	4. Alargar a cobertura da segurança social obrigatória aos trabalhadores independentes.	INSS	Em curso: O INSS tem vindo a desenvolver acções de sensibilização e mobilização dirigidas a diferentes grupos socioeconómicos ainda sem cobertura adequada de protecção social, com particular enfoque na promoção da inscrição de trabalhadores por conta própria. Neste âmbito, em 2025 foram inscritos cerca de 400 modistas, estilistas e alfaiates no sistema de segurança social. Paralelamente, foram realizadas sessões de sensibilização com trabalhadores domésticos, visando reforçar o conhecimento sobre os benefícios da protecção social e incentivar a sua adesão ao sistema de segurança social obrigatória.
	5. Fortalecer a supervisão dos fundos da previdência social e fundos complementares.	ASFPM	Em curso: Foi elaborado o diagnóstico dos grupos de trabalhadores independentes existentes, com vista a acelerar a aprovação e implementação da Estratégia Nacional para a Segurança Social Obrigatória, visando alargar a cobertura e reforçar a protecção social.

3.1.3. Pilar III - Promover a literacia financeira

A acção prevista neste pilar para 2025 encontra-se em curso (Quadro 3). Este quadro destaca o avanço na preparação do PNEF, a integração de conteúdos nos currículos escolares e o desenvolvimento de instrumentos digitais de apoio ao consumidor.

No domínio da literacia financeira, realizaram-se acções complementares, com destaque para:

- a realização de campanhas de sensibilização e acções de capacitação em sectores relevantes;
- a celebração da 14.^a edição da Semana Internacional do Dinheiro (*Global Money Week*), sob o lema “Deixa o seu dinheiro falar”, promovida pelo BM e pelo ISSM; e
- a promoção, pelo IPEME, de acções de capacitação dirigidas às MPME nas províncias de Nampula e Inhambane.

Quadro 3 - Plano de Acções do Pilar III: Promover a literacia financeira

Objectivo	Acção	Líder	Ponto de situação
Promover a educação financeira	6. Implementar o PNEF	BM, MEC, ASFPM, BVM,	Em curso: O BM encontra-se a preparar os documentos para a submissão da versão final da proposta do PNEF ao CNIF, para apreciação e aprovação.

3.1.4. Pilar IV - Reforçar a protecção e a confiança dos consumidores nos serviços financeiros

Do total de 2 acções estabelecidas para este pilar para 2025, ambas encontram-se em curso (100 %) (Quadro 4). Os avanços registados reflectem um esforço relevante de reforço da transparência, do enquadramento regulamentar, da protecção de dados e segurança digital, contribuindo para a consolidação da confiança dos consumidores no sistema financeiro, sendo de destacar as seguintes realizações:

- aprovação e divulgação da Circular n.º 1/EFI/2025, de 25 de Abril, que aprova o Quadro Analítico de Supervisão de Conduta Baseada no Risco para as instituições de crédito e sociedades financeiras (ICSF);
- criação de mecanismos de recepção e tratamento de reclamações, incluindo o Portal do Consumidor do ISSM, IP;

- **aprovação do Regulamento dos Centros de Dados**, através do Decreto n.º 71/2025, de 31 de Dezembro, e do **Regulamento de Computação em Nuvem**, através do Decreto n.º 72/2025, de 31 de Dezembro; e
- **realização, pelo INTIC, de campanhas públicas de consciencialização sobre segurança digital e protecção de dados pessoais**, bem como a disponibilização de cursos gratuitos *online*, com enfoque na utilização segura e consciente dos serviços digitais.

Quadro 4 - Plano de Acções do Pilar IV: Reforçar a protecção e a confiança dos consumidores nos serviços financeiros

Objectivo	Acção	Líder	Ponto de situação
Reforçar a transparência e a confiança nos produtos e serviços financeiros	7. Melhorar os instrumentos regulamentares para definição das comissões, encargos publicidades, termos e condições contractuais dos produtos financeiros.	BM, ASFPM	Em curso: BM - foi aprovada e divulgada a Circular n.º 1/EFI/2025, de 25 de Abril, que estabelece o Quadro Analítico de Supervisão de Conduta Baseada no Risco para as ICSF. ASFPM – por realizar
Melhorar a supervisão e o controlo da aplicação da regulamentação	8. Melhorar a regulamentação sobre supervisão de conduta.	BM, ASFPM, AMS, AMB, IMEs, BVM	Em curso: BM – foi aprovado o Quadro Analítico de Supervisão de Conduta Baseada no Risco - Circular 1/EFI/2025 de 25 de Abril e foi desenvolvido o <i>chatbot</i> (BmChat) cujo lançamento para o público foi a 07/11/2025. Está em curso a implementação de um sistema eficiente para que consumidores possam registar reclamações e obter resposta rápida e justa. ASFPM – por realizar

3.2. Inovações no Ecosistema Financeiro - Sandbox Regulatório

Sandbox do Banco de Moçambique impulsiona inovação financeira com 11 *fintechs* na 6.^a edição. O Sandbox Regulatório do BM consolidou-se como um pilar estratégico para a inovação no sector financeiro nacional.

A 6.^a edição, lançada a 28 de Março de 2025, contou com a participação de 11 *fintechs*, que apresentaram soluções diversificadas em áreas críticas para a inclusão financeira, nomeadamente: (i) plataformas digitais de investimento; (ii) garantias bancárias electrónicas; (iii) soluções de poupança e empréstimos digitais; (iv) verificação biométrica de identidade; (v) modelos alternativos de *credit scoring*; e (vi) emissão de cartões virtuais.

Estas soluções apresentam potencial para: (i) reduzir barreiras geográficas e de mobilidade; (ii) reforçar a segurança na autenticação e mitigação de fraude; (iii) incentivar o uso de instrumentos financeiros digitais; (iv) reduzir custos operacionais; e (v) expandir o acesso ao crédito e à poupança formal.

Participantes da 6.^a edição do Sandbox recebem capacitação em cibersegurança, prevenção e combate ao branqueamento de capitais e licenciamento financeiro. A equipa técnica de apoio ao Sandbox realizou várias sessões de indução sobre o funcionamento do Sandbox Regulatório, cibersegurança, prevenção ao branqueamento de capitais e requisitos para o licenciamento das ICSF, com maior ênfase no licenciamento das empresas prestadoras de serviço de pagamento, protecção ao consumidor, supervisão e fiscalização de sistemas de pagamentos.

Hub de Inovação reúne 250 participantes para debater *Open Banking e Open Finance* em Moçambique. Em 2025, destacou-se ainda a realização do Hub de Inovação, sob o tema “*Open Banking e Open Finance*”: Desafios e Oportunidades para Moçambique”, que reuniu cerca de 250 participantes para debater o roteiro nacional destas iniciativas.

7.^a edição do Sandbox de Inovação aprova 6 projectos entre 28 candidaturas alinhadas à ENIF 2025-2031. Ainda no ano de 2025, foram aprovadas para a 7.^a edição do Sandbox, 6 projectos de entre 28 candidaturas, por estarem alinhados com as prioridades da ENIF 2025-2031. O desenvolvimento e testagem dos projectos aprovados irá ocorrer no ano de 2026.

4. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

4.1. Conclusão

Em 2025, Moçambique registou avanços significativos na inclusão financeira, impulsionados pela digitalização, expansão dos canais de acesso e pelo crescimento dos serviços das IME e dos agentes não bancários, que se consolidam como principal meio de acesso, sobretudo nas zonas rurais. Esta evolução reflecte uma transição progressiva dos canais tradicionais para soluções digitais, colocando igualmente novos desafios na monitoria e concretização das metas associadas aos canais convencionais previstas na ENIF 2025-2031.

O ano ficou igualmente marcado pelo lançamento público da ENIF 2025-2031 pelo Governo, com o envolvimento das principais instituições públicas e privadas relevantes, bem como pela entrada em funcionamento do CNIF, enquanto órgão de coordenação e implementação da Estratégia, reforçando o quadro institucional de governação da inclusão financeira no País.

Apesar dos progressos registados, persistem desafios estruturais associados à necessidade de reduzir as desigualdades regionais e de género no acesso e uso de serviços financeiros, impulsionar a bancarização através da expansão da rede de agências e agentes bancários e reforçar a adesão aos pagamentos digitais. Acresce ainda a importância de intensificar as acções de literacia financeira e digital, bem como o reforço da protecção do consumidor, tendo em conta as especificidades dos diferentes segmentos populacionais.

4.2. Perspectivas

As perspectivas para a inclusão financeira em Moçambique permanecem positivas, impulsionadas pela expansão da digitalização, pelo dinamismo da moeda electrónica e pela implementação da ENIF 2025-2031. Espera-se a consolidação dos canais digitais como principal meio de acesso, uma expansão mais equilibrada da cobertura territorial e maior integração de grupos vulneráveis no sistema financeiro formal.

Perspectiva-se, igualmente, que os desafios prevaletentes sejam gradualmente ultrapassados no âmbito da implementação da ENIF 2025-2031, tendo em conta as acções em curso e as medidas recentemente adoptadas. Entre os principais desenvolvimentos destacam-se: (i) emissão das Directrizes sobre a Política de Acesso e Uso Equitativo de Produtos e Serviços Financeiros; lançamento (ii) do METIX; (iii) da 7.^a edição do Sandbox Regulatório, com soluções inclusivas, incluindo para pessoas com deficiência visual; e (iv) do primeiro microbanco 100 % digital do País.

Destacam-se, ainda, a aprovação (i) da Lei do Sistema Nacional de Pagamentos, (ii) do Quadro Analítico de Supervisão de Conduta Baseada no Risco, (iii) da Estratégia Nacional de Financiamento Climático 2025–2034 e (iv) do Regulamento de Computação em Nuvem.

No curto prazo, prevê-se, igualmente, o reforço da implementação das acções previstas na ENIF, considerando que 85 % das iniciativas globais e 88 % das acções programadas para 2025 já se encontram em curso. Entre as prioridades destacam-se a expansão dos pontos de acesso, o fortalecimento dos pagamentos digitais, alargamento do acesso à identificação civil, incluindo a instalação de postos de registo civil em unidades sanitárias com maternidade, desenvolvimento do PNEF, incluindo o reforço da literacia financeira digital e a introdução da literacia financeira escrita ajustada para as pessoas com deficiência visual, nomeadamente em braile, bem como o reforço dos mecanismos de protecção do consumidor e da cibersegurança.

Adicionalmente, espera-se a aceleração da inovação financeira através do Sandbox Regulatório, com a testagem, em 2026, de novas soluções *fintech* nas áreas de pagamentos digitais, poupança, crédito, investimento, identificação biométrica e garantias electrónicas. Paralelamente, prevê-se o aprofundamento das iniciativas ligadas às finanças verdes, gestão de riscos climáticos, *Open Banking* e *Open Finance*.

De forma geral, estas perspectivas apontam para a construção de um sistema financeiro mais inclusivo, inovador, resiliente, seguro e sustentável, com maior capacidade de responder às necessidades da população e de apoiar o desenvolvimento económico do País.

ANEXOS

Anexo 1

Caixa 3 - Expansão dos operadores de microfinanças e microcrédito em Moçambique

Entre os desenvolvimentos recentes do sector financeiro em Moçambique destaca-se o crescimento expressivo dos operadores de microfinanças, cujo número aumentou de 2818 para 3426, impulsionado sobretudo pela expansão dos operadores de microcrédito. Esta evolução evidencia o papel cada vez mais relevante deste segmento na promoção da inclusão financeira, particularmente em zonas com limitada cobertura do sistema bancário tradicional.

Os operadores de microcrédito compreendem entidades singulares, associações e fundações autorizadas a exercer, de forma habitual e profissional, actividades de concessão de crédito de pequena dimensão, orientadas sobretudo para segmentos de baixa renda, microempreendedores e pequenos negócios.

Em Moçambique, estas entidades são enquadradas pela Lei das ICSF, bem como pela regulamentação emitida pelo BM, que estabelece os requisitos prudenciais, operacionais e de supervisão aplicáveis ao sector. Nos termos do artigo 157 do Decreto n.º 50/2024, de 11 de Julho, relativo ao Regulamento da Lei das ICSF, os operadores de microcrédito estão sujeitos ao registo junto do BM, podendo exercer actividades de concessão de crédito nos limites e condições definidos pela autoridade supervisora.

O crescimento deste segmento representa uma importante oportunidade para o aprofundamento da inclusão financeira, ao ampliar o acesso ao financiamento para segmentos tradicionalmente excluídos do sistema financeiro formal, contribuindo para o empreendedorismo, geração de rendimento e dinamização das economias locais. Contudo, esta expansão também reforça a necessidade de consolidação dos mecanismos de monitoria, promoção de práticas de crédito responsável e fortalecimento da protecção do consumidor, de modo a salvaguardar a protecção do consumidor.

Anexo ,
Distribuição dos Pontos de Acesso pelos 154 Distritos de Moçambique (2025)

Distrito	Agências		Agências, microbancos e cooperativas de crédito		Agentes não bancários (IME)		Representações		ATM		POS		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Cidade de Maputo	210	210	14	12	41,207	66,710	1,519	1,725	414	400	14,653	13,182	58,304	58,304
Provincia de Maputo	70	70	18	18	51,996	59,353	609	794	189	174	6,326	5,831	59,406	59,406
Matola	44	44	5	5	30,277	33,866	448	589	132	123	4,129	3,823	35,177	35,177
Boane	6	6	3	3	5,251	7,124	69	80	16	15	769	656	6,128	6,128
Magude	6	6	3	1	745	899	2	2	2	2	36	29	794	794
Manhiça	1	1	1	3	3,034	3,743	12	19	14	11	175	162	3,245	3,245
Marracuene	2	2	2	2	9,625	9,716	68	93	10	8	705	700	10,442	10,442
Matutuíne	3	3	1	1	575	1,080	5	5	3	3	370	332	961	961
Namaacha	1	1	1	1	565	682	2	2	2	2	38	37	609	609
Moamba	7	7	2	2	1,924	2,243	3	4	10	10	104	92	2,050	2,050
Gaza	35	35	5	5	17,776	24,964	74	94	71	68	1,373	1,261	19,416	19,416
Xai-Xai	14	14	4	4	5,085	6,859	43	56	32	30	696	657	5,894	5,894
Bilene	5	5	0	0	2,446	3,442	9	12	10	9	281	233	2,760	2,760
Chibuto	2	2	0	0	1,814	3,155	4	5	4	4	76	72	1,918	1,918
Chicalacuala	1	1	0	0	309	411	4	4	2	2	4	2	320	320
Chigubo	1	1	0	0	97	135	0	0	1	1	1	2	100	100
Chókwè	6	6	1	1	2,448	3,365	5	6	12	12	137	136	2,617	2,617
Guijá	1	1	0	0	396	573	0	0	1	1	6	8	408	408
Mabalane	1	1	0	0	329	443	0	0	2	2	7	7	339	339
Manjacaze	2	2	0	0	1,300	1,708	2	2	4	4	99	86	1,420	1,420
Massangena	0	0	0	0	182	209	0	0	0	0	7	4	192	192
Massingir	1	1	0	0	317	342	2	2	2	2	16	15	340	340
Chonguene	0	0	0	0	1248	2,013	5	7	0	0	39	34	1294	1294
Limpopo	1	1	0	0	481	600	0	0	1	1	4	5	487	487
Mapai	0	0	0	0	1324	1,709	0	0	0	0	0	0	1327	1327
Inhambane	36	36	5	5	19,686	28,140	96	124	76	77	1,809	1,741	21,868	21,868
Inhambane	6	6	1	1	2,155	2,963	35	43	17	16	701	645	2,967	2,967
Maxixe	9	9	2	2	3,346	4,496	23	29	16	16	344	325	3,773	3,773
Funhaloro	1	1	0	0	279	644	0	0	2	2	18	15	300	300
Govuro	1	1	0	0	568	787	0	0	2	2	8	15	581	581
Homoine	1	1	0	0	946	1,663	1	1	2	2	16	17	978	978
Inharrime	2	2	0	0	1411	1,996	3	5	5	4	39	40	1,462	1,462
Inhassoro	3	3	0	0	934	1,439	0	0	5	6	86	84	1030	1030
Jangamo	1	1	0	0	1120	1,901	1	2	2	2	40	36	1170	1170
Mabote	1	1	0	0	452	609	3	4	2	2	12	12	471	471
Massinga	2	2	1	1	2,950	4,260	4	8	6	7	98	103	3,080	3,080

	Agências		Agências, microbancos e cooperativas de crédito		Agentes não bancários (IME)		Representações		ATM		POS		TOTAL	
Distrito	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Morrumbene	2	2	1	1	1066	1,535	1	1	5	5	56	52	1150	1150
Panda	1	1	0	0	395	592	0	0	1	1	12	9	415	415
Vilankulo	4	4	0	0	2,732	3,125	20	23	7	8	339	357	3,106	3,106
Zavala	2	2	0	0	1332	2,130	5	8	4	4	40	31	1385	1385
Sofala	58	58	4	4	31,140	51,409	90	131	116	111	2,782	2,444	34,267	34,267
Beira	40	40	3	3	18,671	28,221	78	113	80	77	2,548	2,232	21,483	21,483
Búzi	1	1	0	0	648	2,417	2	2	2	2	8	7	664	664
Caia	1	1	1	1	1500	2,598	1	2	3	3	15	15	1521	1521
Chemba	1	1	0	0	339	911	0	1	2	2	3	2	345	345
Cheringoma	1	1	0	0	430	730	0	1	2	2	12	10	446	446
Chibabava	2	2	0	0	612	1,471	1	2	4	2	16	14	636	636
Dondo	5	5	0	0	3,707	5,751	1	3	11	11	86	79	3,811	3,811
Gorongozo	1	1	0	0	1149	1,821	1	1	2	2	23	21	1179	1179
Machanga	1	1	0	0	122	720	0	0	1	1	5	4	130	130
Marínguè	1	1	0	0	545	1,248	1	1	1	1	2	2	551	551
Marromeu	1	1	0	0	997	1,458	1	1	2	2	27	23	1029	1029
Muanza	2	2	0	0	178	303	1	1	2	2	3	2	186	186
Nhamatanda	1	1	0	0	2,242	3,760	3	3	4	4	34	33	2,286	2,286
Manica	26	26	7	7	21,761	31,609	59	86	57	52	1,220	1,076	23,232	23,232
Chimoio	16	16	4	4	10,846	14,581	44	66	33	30	892	788	11,901	11,901
Báruè	1	1	1	1	1510	2,419	1	1	4	4	26	17	1544	1544
Gondola	2	2	0	0	1937	3,617	1	1	2	2	36	36	1980	1980
Guro	1	1	0	0	825	1,082	0	0	2	2	5	3	833	833
Machaze	1	1	0	0	442	595	2	2	1	1	10	11	460	460
Macossa	0	0	0	0	151	207	1	1	0	0	4	4	159	159
Manica	3	3	2	2	2,628	4,118	8	11	7	6	202	181	2,862	2,862
Vandúzi	1	1	0	0	839	1,201	0	2	2	2	2	0	847	847
Mossurize	0	0	0	0	1230	1,879	0	0	2	2	19	20	1254	1254
Sussundenga	0	0	0	0	181	201	1	1	1	0	14	11	199	199
Tambara	0	0	0	0	50	166	0	0	0	0	3	3	53	53
Macate	1	1	0	0	1122	1,543	1	1	3	3	7	2	1140	1140
Tete	42	42	5	5	23,128	31,600	113	148	87	89	1,619	1,569	25,058	25,058
Tete	21	21	4	4	10,021	12,185	91	121	47	49	1,401	1,341	11,614	11,614
Angónia	4	4	1	1	2,510	3,717	1	1	7	7	34	35	2,560	2,560
Cahora-Bassa	3	3	0	0	1412	1,713	7	7	5	5	63	62	1,490	1,490
Changara	2	2	0	0	876	1,407	1	1	2	2	6	7	892	892
Chifunde	1	1	0	0	424	566	1	1	2	2	1	1	430	430
Chiúta	1	1	0	0	447	1,090	1	1	2	2	10	12	461	461
Macanga	1	1	0	0	1218	1,789	4	4	2	2	4	5	1232	1232
Mágoè	0	0	0	0	426	553	0	0	0	0	5	7	434	434
Marávia	1	1	0	0	393	486	0	0	2	4	1	2	402	402

Distrito	Agências		Agências, microbancos e cooperativas de crédito		Agentes não bancários (IME)		Representações		ATM		POS		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Moatize	4	4	0	0	2,952	4,769	6	11	13	11	87	88	3,063	3,063
Mutarara	1	1	0	0	1084	1,444	1	1	2	2	4	7	1095	1095
Tsangano	1	1	0	0	535	728	0	0	1	1	0	0	543	543
Zumbo	1	1	0	0	179	213	0	0	1	1	3	2	187	187
Marara	1	1	0	0	334	481	0	0	0	1	0	0	336	336
Dôa	0	0	0	0	317	459	0	0	1	0	0	0	319	319
Zambézia	35	35	6	6	29,931	42,042	58	80	93	91	1119	1,043	31,308	31,308
Quelimane	12	12	3	3	8,734	11,773	34	47	40	38	700	649	9,564	9,564
Alto Molócué	2	2	0	0	1,648	2,359	3	3	5	4	30	26	1,689	1,689
Chinde	0	0	0	0	133	188	0	0	0	0	7	7	147	147
Gurúé	2	2	1	1	2,335	3,512	4	5	7	7	42	36	2,392	2,392
Ile	1	1	0	0	929	1,433	0	1	1	1	8	8	940	940
Inhassunge	0	0	0	0	135	202	1	1	0	0	2	2	138	138
Lugela	0	0	0	0	312	429	0	0	0	0	1	2	314	314
Gilé	1	1	0	0	818	1,113	0	0	2	2	19	15	840	840
Maganja da Costa	1	1	0	0	831	978	0	0	2	2	12	14	846	846
Milange	2	2	0	0	2,212	3,417	2	2	6	8	31	28	2,254	2,254
Mocuba	6	6	2	2	4,248	6,367	9	13	15	13	168	159	4,452	4,452
Mopeia	1	1	0	0	757	976	0	0	2	2	12	14	772	772
Morrumbala	1	1	0	0	1222	1,563	0	3	2	3	12	9	1239	1239
Namacurra	1	1	0	0	917	1,216	1	1	2	2	10	12	931	931
Namarrói	0	0	0	0	346	500	0	0	0	0	6	10	353	353
Nicoadala	1	1	0	0	1,828	2,447	1	1	3	3	31	30	1,867	1,867
Pebane	2	2	0	0	1079	1,565	1	1	3	3	28	22	1114	1114
Luabo	0	0	0	0	703	1,171	0	0	2	2	0	0	706	706
Mulevala	0	0	0	0	94	104	0	0	0	0	0	0	94	94
Mocubela	0	0	0	0	459	544	1	1	0	0	0	0	460	460
Derre	1	1	0	0	116	116	1	1	0	0	0	0	119	119
Molumbo	1	1	0	0	75	69	0	0	1	1	0	0	77	77
Nampula	79	79	7	7	49,097	68,209	124	150	159	157	2,859	2,554	52,520	52,520
Nampula	35	35	4	4	23,773	29,198	93	111	82	82	2,105	1,966	26,219	26,219
Nacala-Porto	16	16	3	3	6,026	8,488	8	20	26	24	531	386	6,618	6,618
Angoche	2	2	0	0	2,616	3,711	4	6	4	4	24	27	2,655	2,655
Ilha de Moçambique	2	2	0	0	662	755	1	1	4	4	35	29	704	704
Lalaua	1	1	0	0	310	372	0	0	2	2	0	1	314	314
Malema	1	1	0	0	1,345	1,631	1	1	2	2	8	7	1,358	1,358
Meconta (Namialo)	2	2	0	0	2,015	4,932	0	0	5	5	23	19	2,050	2,050
Mecubúri	2	2	0	0	524	1,031	0	0	3	3	3	2	532	532
Memba	1	1	0	0	744	1,229	0	0	1	1	1	3	747	747
Mogincual	1	1	0	0	856	1,014	0	0	1	1	5	5	869	869
Mogovolas	1	1	0	0	1457	2,098	0	0	2	3	7	5	1,484	1,484

Distrito	Agências		Agências, microbancos e cooperativas de crédito		Agentes não bancários (IME)		Representações		ATM		POS		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Moma	2	2	0	0	1,920	2,334	1	1	4	3	19	18	1,952	1,952
Monapo	2	2	0	0	1152	2,553	0	0	5	5	22	16	1181	1181
Mossuril	1	1	0	0	524	763	2	2	2	2	16	11	545	545
Muecate	1	1	0	0	524	910	0	0	1	1	1	2	530	530
Murrupula	1	1	0	0	917	1,567	1	1	2	2	9	6	930	930
Nacala-Velha	2	2	0	0	540	691	8	2	4	4	12	9	570	570
Nacarôa	1	1	0	0	458	721	1	1	1	1	2	2	464	464
Erátí	1	1	0	0	973	1,432	0	0	2	2	7	6	985	985
Rapale	0	0	0	0	496	681	2	2	0	0	7	8	505	505
Ribáuê	3	3	0	0	1212	1,817	2	2	6	6	22	26	1253	1253
Larde	1	1	0	0	21	55	0	0	0	0	0	0	22	22
Liúpo	0	0	0	0	32	226	0	0	0	0	0	0	33	33
Cabo-Delgado	38	38	2	2	17,546	25,484	62	75	79	79	1152	1,016	18,912	18,912
Pemba	18	18	2	2	7,571	9,394	55	65	38	37	950	833	8,654	8,654
Ancuabe	1	1	0	0	473	870	1	1	1	1	7	7	483	483
Balama	2	2	0	0	451	829	0	1	5	5	8	5	466	466
Chiúre	2	2	0	0	1374	1,732	0	0	4	4	18	21	1399	1399
Ibo	0	0	0	0	16	20	0	0	0	0	3	2	19	19
Macomia	1	1	0	0	303	492	1	1	0	0	5	2	310	310
Mecúfi	1	1	0	0	113	498	0	0	1	1	6	7	121	121
Meluco	0	0	0	0	108	353	0	0	0	0	8	8	118	118
Mocimboa da Praia	0	0	0	0	672	664	0	1	1	1	8	7	681	681
Montepuez	3	3	0	0	2,987	4,544	5	5	9	9	69	56	3,079	3,079
Mueda	3	3	0	0	2,037	3,204	0	0	6	5	13	8	2,061	2,061
Muidumbe	1	1	0	0	27	75	0	0	0	0	0	0	28	28
Namuno	1	1	0	0	511	1,141	0	0	2	2	4	4	518	518
Nangade	1	1	0	0	92	259	0	0	0	0	7	5	101	101
Palma	3	3	0	0	621	1,038	0	0	10	10	30	36	664	664
Metuge	1	1	0	0	170	333	0	1	0	2	7	7	179	179
Quissanga	0	0	0	0	20	38	0	0	2	2	9	8	31	31
Niassa	27	27	4	4	11,737	17,084	14	19	60	85	574	519	12,451	12,451
Lichinga	10	10	2	2	4,770	6,238	10	13	26	41	388	361	5,223	5,223
Cuamba	6	6	0	0	2,144	2,842	4	6	15	20	85	82	2,263	2,263
Lago	2	2	0	0	401	589	0	0	3	5	24	18	430	430
Chimbonila	1	1	0	0	220	362	0	0	1	4	2	3	224	224
Manjune	1	1	1	1	1189	1,669	0	0	2	2	24	14	1220	1220
Mandimba	1	1	1	1	499	618	0	0	2	0	11	9	515	515
Marrupa	1	1	0	0	267	371	0	0	2	2	7	7	278	278
Maúá	1	1	0	0	212	300	0	0	2	2	0	0	215	215
Mavago	1	1	0	0	700	1,207	0	0	3	2	16	11	722	722
Mecanhelas	1	1	0	0	84	132	0	0	2	3	6	4	93	93

Distrito	Agências		Agências, microbancos e cooperativas de crédito		Agentes não bancários (IME)		Representações		ATM		POS		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Mecula	1	1	0	0	344	441	0	0	0	2	0	0	345	345
Metarica	0	0	0	0	236	347	0	0	0	0	3	3	240	240
Muembe	0	0	0	0	212	316	0	0	0	0	0	0	213	213
N'gauma	0	0	0	0	195	334	0	0	1	1	3	4	199	199
Nipepe	1	1	0	0	167	737	0	0	0	0	4	2	172	172
Sanga	0	0	0	0	97	581	0	0	1	1	1	1	99	99
Total de Pontos de Acesso	656	656	77	75	315,005	446,604	2,818	3,426	1,401	1,383	35,486	32,236	356,742	356,742

Fonte: INE, BM, APSFM

Anexo 3

Legislação Relevante para a Inclusão Financeira

REFERÊNCIA	MATÉRIA	ACESSO ELECTRÓNICO
SECTOR BANCÁRIO		
AVISOS DO BANCO DE MOÇAMBIQUE		
Aviso N.º 7/GBM/2025, de 21 de Outubro	Directrizes sobre a Política de Acesso e Uso Equitativo de Produtos e Serviços Financeiros	https://www.bancomoc.mz/media/clk4aw/aviso-n-%C2%BA-07-gbm-2025-directrizes-orientadoras-sobre-a-poli-tica-de-acesso-e-uso-equitativo-de-produtos-e-servic-os-financeiros.pdf
Aviso N.º 6/GBM/2025 de 21 de Outubro	Directrizes de Gestão dos Riscos Climáticos	https://www.bancomoc.mz/media/clkjvoa5/aviso-n-%C2%BA-06-gbm-2025-directrizes-de-gesta-o-dos-riscos-clima-ticos.pdf
Aviso N.º 5/GBM/2025, de 21 de Outubro	Envio de Informação Estatística ao BM	https://www.bancomoc.mz/media/fyyfrxcg/aviso-n-%C2%BA-05-gbm-2025-estabelece-os-termos-de-envio-ao-banco-de-moc-ambique-de-informac-a-o-necessa-ria-para-a-compilac-a-o-de-estati-sticas.pdf
SECTOR DAS COMUNICAÇÕES		
DECRETOS		
Decreto n.º 72/2025 de 31 de Dezembro	Regulamento de Computação em Nuvem	https://intic.gov.mz/wp-content/uploads/2026/02/TG_Regulamento-de-Centro-de-Computacao-em-Nuvem_Dec-72_2025_.pdf
Decreto n.º 71/2025 de 31 de Dezembro	Regulamento dos Centros de Dados	https://intic.gov.mz/wp-content/uploads/2026/02/TG_Regulamento-de-Centro-de-Dados_Dec-71_2025_.pdf
SECTORES AFINS QUE CONCORREM PARA INCLUSÃO FINANCEIRA		
RESOLUÇÕES		
Resolução n.º 37/2025 de 6 de Novembro	Estratégia Nacional de Financiamento Climático para o período 2025 – 2034	-